

SARA CRISTINA PINTO DOS SANTOS

**PSICOPATIA E COMPORTAMENTO CRIMINOSO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA**

Dissertação de Candidatura ao grau de
Mestre em Medicina Legal submetida ao
Instituto de Ciências Biomédicas de Abel
Salazar da Universidade do Porto.

Orientador- Doutora Maria Francisca
Farinhas de Rebocho Lopes

Categoria- Professora Auxiliar

Afiliação- Universidade Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, após concluir o meu maior desafio a nível académico - a elaboração da minha dissertação de mestrado, aproveito para agradecer a todos os intervenientes neste processo e que nunca deixaram de acreditar em mim.

À minha orientadora, Professora Doutora Francisca Rebocho, pela entusiasta troca de ideias, pela sua sabedoria, pelo auxílio perante as dificuldades inerentes a um trabalho desta envergadura, e pelo apoio demonstrado no último ano, cujo trabalho não seria possível sem a sua cooperação e amparo absoluto.

À Professora Doutora Maria José Pinto da Costa pelo apoio e tolerância perante os obstáculos que se desvendaram ao longo do último ano.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, pilar da minha vida e na escolha dos meus caminhos, da qual sou reflexo. O agradecimento à minha mãe e ao meu irmão pela paciência, pelo abraço e palavras reconfortantes neste processo sinuoso, pelos risos e sorrisos, e, sobretudo, pelo amor que nos une capaz de ultrapassar quaisquer obstáculos da nossa vida.

À minha restante família, nomeadamente aos meus avós, inigualáveis na sua doçura e sabedoria; aos meus tios (Didi e José) e primo Rui pelo apoio e preocupação demonstrada ao longo deste percurso, pelo auxílio nos momentos menos bons, pelas palavras animadoras e pelos risos que me proporcionaram nos domingos de família.

À D. Berta pelo apoio incondicional nesta etapa, pela amizade, perseverança e carinho.

A todos os meus amigos, nomeadamente à Patrícia, Óscar e Tiago pela amizade que nos une e que proporciona que estejam sempre a apoiar-me em todos os momentos da minha vida. Obrigada pela vossa preocupação constante.

Aos meus colegas de mestrado, nomeadamente à Jackeline e Raquel, pelo carinho, apoio, troca de ideias e entusiasmo que tornaram este caminho mais encantador.

A quem, que através dos seus atos, me possa ter levado a acreditar que apesar de todas as adversidades da vida, os sonhos se podem tornar realidade...

... Muito obrigada por tudo!

“O génio, o crime e a loucura, provêm, por igual, de uma anormalidade; representam, de diferentes maneiras, uma inadaptabilidade ao meio”.

Fernando Pessoa

RESUMO

Este trabalho aborda a temática da relação entre a psicopatia e o comportamento criminoso através de uma revisão de literatura. São apresentadas várias conceitualizações da psicopatia presentes na literatura científica assim como as teorias relativas à sua gênese que assentam em determinados modelos. No que concerne ao seu mote principal, é realizada uma análise mais profunda sobre o comportamento criminoso perpetrado pelo indivíduo psicopata ou a ausência do mesmo, focando-se essencialmente, no psicopata integrado e no psicopata criminoso. São ainda distinguidos os conceitos de comportamento antissocial e comportamento criminoso assim como as diversas tipologias dos crimes associados a este tipo de indivíduos. Deste modo, o presente estudo pretende elucidar acerca da problemática relação entre a psicopatia e o comportamento criminoso, averiguando as lacunas na literatura que poderão ser colmatadas em investigações futuras.

Palavras-chave: PSICOPATA, COMPORTAMENTO CRIMINAL, COMPORTAMENTO ANTISOCIAL, RELAÇÃO.

ABSTRACT

This paper addresses the issue of the relationship between psychopathy and criminal behavior through a literature review. Several conceptualisations of psychopathy found in the scientific literature are presented as well as theories regarding its origin which are based on determined models. With regard to its main theme, a deeper analysis of criminal behavior perpetrated by psychopathic individual or the lack of it, focusing primarily on the integrated psychopathic and criminal psychopath is performed. The concepts are further distinguished antisocial behavior and criminal behavior as well as the various types of crimes associated with such subjects. Thus, the present study aims to elucidate about the problematic relationship between psychopathy and criminal behavior by examining the gaps in the literature that may be filled in future investigations.

Keywords: PSYCHOPATH, CRIMINAL BEHAVIOR, ANTISOCIAL BEHAVIOR, RELATIONSHIP.

ÍNDICE

RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - A PSICOPATIA: DA ORIGEM DO TERMO ATÉ À SUA CONCETUALIZAÇÃO ATUAL	3
CAPÍTULO 2 - OS DIFERENTES OLHARES SOBRE A ETIOLOGIA DA PSICOPATIA..	15
2.1. – Fatores genéticos associados à Psicopatia	15
2.2. - Fatores psicobiológicos associados à psicopatia	16
2.2.1. – O modelo da <i>Pobreza Afetiva</i>	19
2.2.2. – O modelo do <i>Défice na Modulação de Respostas</i>	21
2.2.3. – O Modelo do <i>Marcador Somático</i>	21
2.2.4. – A <i>Lateralização Hemisférica Anômala</i>	22
2.3. – Os fatores psicossociais, ambientais e familiares associados à psicopatia	23
2.4. – Fatores de risco associados à psicopatia	24
CAPÍTULO 3 - PSICOPATA CRIMINOSO VS PSICOPATA INTEGRADO	27
3.1 – Comportamento Criminoso e Comportamento Antissocial.....	29
3.2 - As características do Psicopata Integrado e do Psicopata Criminoso e as suas tipologias criminais	33
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

LISTA DE ABREVIATURAS

APD - Perturbação Antissocial da Personalidade

CAPP - Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

DSM - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

FBI - Federal Bureau of Investigation

OMS - Organização Mundial de Saúde

PCL-R - Psychopathy Checklist-Revised

PPD - Transtorno da Personalidade Psicopática

INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa o estudo e aprofundamento da psicopatia e da sua relação com o comportamento criminoso. Trata-se, essencialmente, de um estudo de carácter descritivo, na medida em que se apresenta sob a forma de uma revisão de literatura através do conhecimento do “estado da arte”. Segundo Sampieri *et al.* (2006), a revisão de literatura consiste em “*identificar, obter e consultar a bibliografia e outros materiais que sejam úteis para o objetivo do estudo, do qual se deve extrair e recompilar a informação relevante e necessária sobre o nosso problema de pesquisa*”. Assim, após a busca incessante sobre a matéria que se propôs estudar pretende-se e ambiciona-se transmitir uma ampla realidade sobre a temática, nomeadamente sobre relação entre psicopatia e o crime. Sendo a psicopatia um Transtorno da Personalidade (American Psychiatric Association, 2013), que predispõe o indivíduo seu portador a comportamentos antissociais, ignorando as normas sociais estabelecidas e muitas vezes impulsionando-o ao cometimento de crimes, este tema merece a melhor atenção da população académica assim como da população em geral. Atenção que tem como finalidade a obtenção de uma melhor compreensão sobre a perturbação em questão.

“A ficção científica tende a retratar os psicopatas em extremo, de uma forma estereotipada. Eles aparecem como assassinos em série, assediadores, agressores sexuais de sangue frio, vigaristas, ou manipulando o vilão como em «Dr. No» ou «Hannibal Lecter». A realidade, infelizmente, fornece algum suporte para essa visão, mas a imagem é um pouco mais complexa do que esta” (Babiak & Hare, 2006).

Sendo a criminalidade uma das maiores preocupações da sociedade atual, a sua compreensão e o entendimento da sua génese torna-se crucial nos dias de hoje. No entanto, o crime não reveste só a forma da violência física e hedionda em que, naturalmente, nos focámos, mas também a violência psicológica e silenciosa - muitas vezes exercida de forma deveras cruel com consequências irreversíveis para as suas vítimas. De forma a estender o olhar sobre a questão do crime e da sua relação com a psicopatia, a literatura mostra-nos que o crime e o medo moram ao nosso lado e que o conhecimento de causa nos poderá ser muitíssimo útil no nosso pacato dia-a-dia.

Neste sentido, procura-se, ao longo deste trabalho, compreender a relação da psicopatia com o comportamento criminoso num intento de alcançar a compreensão do fenómeno que tanto vulnerabiliza o ser humano - o crime – por vezes perpetrado por um ser humano tão vulnerável (ainda que a nível psicossocial) - o psicopata - buscando

contribuir para a prevenção e intervenção do fenómeno da criminalidade associada a esta perturbação.

Acreditando que um profundo e incessante conhecimento da matéria em questão poderá, no futuro, apresentar-se como uma mais-valia para a comunidade académica e científica, este estudo focar-se-á na relação entre a psicopatia e o comportamento criminoso ou ausência do mesmo, assim como a evolução histórica e concetual da perturbação, tratando a psicopatia enquanto um transtorno da personalidade, focando-se, essencialmente, nos aspetos psicossociais da mesma.

Neste sentido, a presente dissertação intenta a exposição das matérias supracitadas assim como a confrontação entre perspetivas distintas presentes na literatura, resultando num epílogo acerca do *estado da arte* da psicopatia assim como sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO 1 - A PSICOPATIA: DA ORIGEM DO TERMO ATÉ À SUA CONCEPTUALIZAÇÃO ATUAL

O termo “Psicopatia” é de etiologia grega, “*psyché*” - alma e “*path*” – paixão/ sofrimento, que logo pela sua gênese nos leva para o mundo do sofrimento da alma, da doença mental, do “psiquicamente doente” enquanto seu significado mais etéreo. Este conceito remonta-nos ao século XIX, início do termo de *psicopatía* e de uma vasta panóplia de conceptualizações que se debatem e confrontam até aos dias de hoje. *“Apesar de ser um dos primeiros transtornos da personalidade a ser reconhecido e a ser estudado, continua a ser uma fonte de controvérsias. Num nível conceitual, ainda não está claro qual a melhor forma de definir a PPD”* (Cooke et al., 2012).

É maioritariamente reconhecido, entre a comunidade académica e científica, que o conceito de psicopatia surgiu no ano de 1809 num trabalho desenvolvido por Pinel – médico francês considerado por muitos, o pai da Psiquiatria – em que o mesmo se referia à doença como “mania sem delírio” (“*Manie Sans Délire*”) para designar aqueles indivíduos que mostravam ações atípicas e agressivas (Gonçalves & Soeiro, 2010), evidenciando que estes não eram loucos mas que exibiam comportamentos irracionais em que a falta de educação, uma educação mal dirigida ou traços perversos naturais, poderia ser as causas desta espécie de alteração (Pinel, 1988 cit por Moura, 2008). Em 1835, Prichard, um psiquiatra inglês, publica uma obra intitulada “*Treatise on insanity and other disorders affecting the mind*” introduzindo o termo de “insanidade moral” para se referir aos indivíduos cuja moral e condutas se exteriorizavam fortemente díspares do comum, pervertidas e de carácter antissocial pautadas pelo défice social. Prichard, seguidor da escola ambientalista, foi pioneiro em atribuir a esta perturbação a influência do meio, tendo proposto como meio de intervenção medidas que possibilitassem a esses indivíduos uma integração num meio adequado e assim conseguissem ultrapassar o problema (Cantero, 1993), tendo contribuindo para a construção de escolas educativas para jovens com comportamentos delinquentes. Mais tarde, em 1857, Morel referiu-se a esta perturbação como a “loucura dos degenerados”, em que partia da área religiosa para elaborar a sua teoria, afirmando que todo o ser humano tinha sido criado perfeito e que, portanto, todo o desvio dessa perfeição, seria uma degeneração, provocada por agentes externos, como o álcool e os tóxicos (Shine, 2005). Segundo este autor, os “maníacos instintivos” apresentavam desde cedo a existência da perversão e imoralidade: *“Suas tendências inatas para o mal fizeram-me designá-los do ponto de vista médico-legal, pelo nome de maníacos instintivos. O incêndio, o roubo, a vagabundagem e as propensões precoces para toda sorte de desregramentos formam o triste balanço de sua existência*

moral, e esses infelizes (...) povoam em grandes proporções as instituições penitenciárias para a primeira infância e os presídios” (apud Bercherie, 1989, p. 116 cit por Henriques, 2009). No início do século XX, ainda na perspectiva da degeneração, mas com uma visão mais ampla, Magnan introduz a ideia de “desequilíbrio mental” baseada na componente neurológica, em que existiria uma ausência de coordenação harmoniosa entre os diferentes centros nervosos.

Embora os valiosos e marcantes contributos da *Escola de Psiquiatria Francesa* na concetualização e entendimento desta perturbação, o termo, *per si*, de *Psicopatia* deve-se à *Escola Alemã de Psiquiatria*. Em 1888, Koch introduziu o termo “inferioridade psicopática”, mas um dos grandes expoentes desta escola foi Emil Kraepelin (1915) ao introduzir o termo “personalidade psicopática” utilizada até aos dias de hoje (Gonçalves & Soeiro, 2010), a fim de caracterizar um tipo de indivíduos de funcionamento amoral ou imoral. No início do século XX, verificou-se um conjunto de grandes contributos para o estudo da psicopatia, sendo imprescindível mencionar Kurt Schneider, que em 1923, inspirado nos trabalhos de Kraepelin e Koch, chamou psicopatia à perturbação da personalidade considerando que esta tinha início na infância ou na adolescência (Hare *et al.*, 1999). Segundo este autor, os conceitos de doença mental e psicopatia eram distintos, considerando, desde logo, que era errado definir doença mental como uma perturbação que tem por base traços psíquicos (Cantero, 1993), baseando-se a sua classificação em traços disposicionais associados ao estudo da personalidade e das vivências que determinavam o desenvolvimento da mesma, relacionando a psicopatia com desvios quantitativos das características normais da personalidade (Gonçalves & Soeiro, 2010). Considerou ainda que a psicopatia era uma anomalia causadora de sofrimento ao indivíduo e às pessoas que o rodeiam, distanciando-se assim da conceção francesa da degeneração. Assim, Schneider classificou as personalidades psicopáticas em dez categorias: (1) Hipertímicos; (2) Depressivos; (3) Inseguros; (4) Fanáticos; (5) Carentes de valor; (6) Lábeis de humor; (7) Explosivos; (8) Apáticos; (9) Abúlicos; (10) Asténicos (Gonçalves & Soeiro, 2010).

Considerado um importante contributo para o conceito atual de psicopatia, foi a obra do psiquiatra Hervey Cleckley - *“The Mask of Sanity”* (1988), originalmente publicado em 1941. Este trabalho resultou após Cleckley trabalhar numa clínica psiquiátrica no ano de 1930, em que o autor teve oportunidade de estudar os seus pacientes com cuidado, que se acreditava serem portadores de doença mental, mas que verificou que muitos deles não apresentavam os sintomas de doença mental, antes pelo contrário pareciam “normais”. O psiquiatra verificou então que esses mesmos indivíduos apresentavam

outras características em comum, nomeadamente, charme, atos manipulativos e o facto de tentarem tirar proveito dos outros pacientes, familiares e até mesmo dos funcionários do hospital, descrevendo-os como psicopatas Babiak & Hare (2006). Cleckley (1988) verificou ainda que esses indivíduos tinham tido uma vida pobre, não tinham tendência a aprender com as experiências pessoais, faltando-lhes introspeção de si mesmos e do efeito do seu comportamento nos outros, não compreendiam nem respeitavam os sentimentos dos outros assim como não sentiam remorsos nem vergonha e não apresentavam objetivos de vida realistas.

Assim, após o seu intenso estudo e observação destes indivíduos, Cleckley (1988) descreveu um perfil de psicopatia, maioritariamente assente na característica do défice afetivo e apresentou os traços de considerou mais significativos da perturbação a fim de podermos reconhecê-lo e distingui-lo dos demais. De acordo com o psiquiatra americano foram estabelecidos os seguintes critérios de diagnósticos: (1) ter encanto superficial e boa inteligência; (2) não ter alucinações ou outros sinais de pensamento irracional; (3) ausência de nervosismo ou de manifestações neuróticas; (4) ser indigno de confiança; (5) ser mentiroso e insincero; (6) ausência de sentimentos de culpa ou de vergonha; (7) exibição de comportamentos antissociais sem escrúpulos aparentes; (8) raciocínio pobre e incapacidade de aprender com a experiência; (9) egocentrismo patológico e incapacidade para amar; (10) pobreza geral nas principais relações afetivas; (11) perda específica da intuição (insight); (12) incapacidade para responder na generalidade das relações interpessoais; (13) comportamento fantasioso e pouco recomendável com ou sem ingestão de bebidas alcoólicas; (14) ameaças de suicídio raramente cumpridas; (15) vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada; (16) incapacidade para seguir qualquer plano de vida.

Ainda segundo este autor, quando estamos perante um psicopata deparámo-nos com “uma convincente máscara de sanidade” e só gradualmente nos é perceptível que essa fachada representa uma condição humana deplorável e superficial (Gonçalves, 1999). Em verdade, podemos referir que segundo o conceito de Cleckley (1988), a característica primordial da psicopatia é a ausência afetiva e não o comportamento antissocial, reforçando a ideia que os psicopatas não são loucos mas que as suas ações são ponderadas e intencionais (Barbosa & Iria, 2008). Assim, considerando o que o autor propôs, prontificou-se a difusão da ideia de que, a psicopatia não constitui, por si só, que o indivíduo criminoso seu portador seja considerado inimputável, na medida em que se considera que o mesmo levou a cabo as suas ações criminosas de forma ponderada e intencional, não podendo assim constituir a mesma uma justificação para o

comportamento antissocial. Ainda no que respeita à imputabilidade ou inimputabilidade do agente, mais propriamente do psicopata, importa referir o que o artigo 20.º do Código Penal Português se refere à “inimputabilidade em razão de anomalia psíquica” e que o mesmo se pode aplicar nestes casos, sendo que aprofundaremos esta questão mais à frente, logo que oportuno.

Considerações jurídicas à parte, e no seguimento da abordagem histórica e epidemiológica da psicopatia, importa referir ainda que, segundo Gonçalves & Soeiro (2010), é no trabalho de Cleckley (1988) que se baseiam as definições atuais da psicopatia e que os critérios clínicos determinados por este autor estão na base das investigações desenvolvidas até então, em que é exemplo o questionário *Minnesota Multiphasic Personality Inventory - MMPI* (Hare, 1996; Hare & Cox, 1978), sendo o teste psicotécnico padrão mais utilizado pelos profissionais da saúde mental a fim de avaliar a personalidade e psicopatologia no adulto.

Ainda no que concerne à concetualização da psicopatia, segundo Hare (2007) “[O Psicopata é alguém] incapaz de mostrar empatia ou preocupação genuína por outrem, que manipula e usa os outros para satisfazer os seus próprios desejos. Contudo, através de uma sofisticação volúvel e de uma sinceridade superficial, ele é muitas vezes capaz de convencer aqueles que usou e a quem prejudicou da sua inocência ou da sua motivação para mudar... Muitas descrições clínicas dos psicopatas referem-se ainda ao seu egocentrismo, ausência de empatia e incapacidade para estabelecer relacionamentos emocionais calorosos com outros – características que o levam a tratá-los como objetos em vez de pessoas e evitam que ele sinta culpa ou remorsos por isso”. O investigador refere ainda que a maioria dos psicopatas começa a apresentar problemas na tenra idade, em que a crueldade com animais é um sinal claro de problemas emocionais e de conduta (Hare, 1993). Hare (1991) apresenta a psicopatia como um constructo unidimensional baseado num modelo de dois fatores: o primeiro associado aos aspetos clínicos que definem a perturbação da personalidade e o segundo associado aos aspetos comportamentais que se caracterizam por um estilo de vida antissocial.

Neste sentido Robert Hare desenvolveu, em 1991, o instrumento de avaliação da psicopatia com maior impacto - a PCL-R, a Escala de Avaliação de Psicopatia de Hare, que segundo Gonçalves & Soeiro (2012) é “um dos investigadores que mais contribuiu para o estudo do conceito de psicopatia e para a sua avaliação.” Tal divisão no constructo da caracterização da psicopatia foi evidente nos 22 itens da PCL, escala que

precedeu à PCL-R, e aos 20 itens da PCL-R. Estes 20 itens encontravam-se divididos em 3 partes: o *Fator 1* da PCL-R que consistia em oito “*interpessoal e afetivo*” itens (1,2,4,5,6,7,8 e 16); o *Fator 2* que consistia em nove “*socialmente desviante*” itens (3,9,10,12,13,14,15,18 e 19); e três itens (11,17 e 20) que não se enquadravam em nenhum fator (Hare, 2007). Apesar de esta estrutura dos dois fatores ter sido replicada várias vezes, outros investigadores optaram por fazer uma refinada procura de outros fatores, tendo sido desenvolvido por Cooke & Michie (2001) um modelo de três fatores constituído por 13 itens selecionados da PCL-R de Hare, segundo estes investigadores, o modelo consistia nos fatores (1) - “*estilo interpessoal arrogante e dissimulado*”, (2) - “*deficiente experiência dos afetos*” e (3) - “*estilo de comportamento impulsivo e irresponsável*” (Gonçalves & Soeiro, 2012). Sendo este último item, relativo às tendências antissociais, acabou por ser eliminado pelos autores, pelo facto de considerarem que se confundiam as características adaptacionais – ações - com as tendências básicas - traços – (Neumann *et al.*, 2005). Mais tarde, Hare (2007), em resposta ao modelo de três fatores de Cooke & Michie (2001), apresenta o modelo de quatro facetas, englobando os três fatores idênticos aos dos autores mencionados mais um quarto que diz respeito ao comportamento antissocial. Assim a PCL-R passa a possuir *quatro facetas*: a *Faceta (1)* “Interpessoal” (itens [1] Loquacidade/Volubilidade/Encanto Superficial; [2] Sentido Grandioso do Valor de Si Próprio; [3] Mentir Patológico; [5] Estilo Manipulativo); a *Faceta (2)* “Afetivo” (itens [6] Ausência de Remorsos ou Sentimentos de Culpa; [7] Superficialidade Afetiva; [8] Frieza / Ausência de Empatia; [16] Não Acatamento de Responsabilidades pelas suas ações); a *Faceta (3)* “Estilo de Vida” (itens [3] Necessidade de Estimulação / Tendência para o Tédio; [9] Estilo de Vida Parasita; [13] Ausência de Objetivos Realistas; [14] Impulsividade; [15] Irresponsabilidade); e a *Faceta (4)* “Antissocial” (itens [10] Deficiente Controlo Comportamental; [12] Comportamento Problemático Precoce; [18] Delinquência Juvenil; [19] Revogação de Medidas Alternativas ou Flexibilizadoras da Pena de Prisão; [20] Versatilidade Criminal. Os itens 11 - “Comportamento Sexual promíscuo” e 17 “Muitas relações conjugais de curto-prazo” não se enquadram em nenhuma das facetas mencionadas, (Neumann *et al.*, 2005).

Segundo Hare & Neumann (2007), este modelo de quatro facetas da PCL-R assume-se forte na medida em que pode ser utilizado em pesquisas longitudinais de forma a estudar as relações entre as tendências antissociais precoces e o desenvolvimento de outros traços característicos da personalidade psicopática (por exemplo, os traços psicopáticos de insensibilidade e impulsividade são preditores de um comportamento antissocial e

comportamentos antissociais prévios estão associados a níveis elevados de insensibilidade e outros traços associados a esta perturbação).

Apesar de os autores supracitados considerarem que o “núcleo” real da psicopatia ainda não foi descoberto, é de admitir que o modelo de quatro facetas através das suas variáveis ajudam a delinear a natureza da estruturação da psicopatia. Para além disso, afigura-se importante na correlação entre comportamento violento precoce e persistente e a psicopatia assim como na relação desta com os correlatos externos incluindo o risco de violência, os processos psicobiológicos e as opções de tratamento. Assim, as propriedades estruturais da PCL-R de Hare, considera-se mais do que um elemento de interesse académico (Hare & Neumann, 2007).

Após o estudo dos modelos mencionados anteriormente, Cooke e colaboradores (2004), concluem e defendem que os indicadores que respeitam ao comportamento antissocial não podem ser considerados como uma manifestação direta da psicopatia, em amostras com características culturais distintas, não defendendo o quarto fator relativo ao comportamento antissocial, anteriormente mencionado, introduzido por Hare, mas considerando que, porventura, este mesmo comportamento poderá ser uma consequência da psicopatia. No domínio da identificação das propriedades que permitem definir e avaliar a psicopatia, Cooke *et al.* (2012) apresentam a avaliação compreensiva da personalidade psicopática (Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality - CAPP), dividindo trinta e três sintomas da psicopatia numa base racional constituída por seis grupos que por sua vez, refletem os domínios básicos e o funcionamento da personalidade. Neste sentido, os seis domínios do modelo CAPP são: (1) o Domínio da Vinculação; (2) o Domínio Comportamental; (3) o Domínio Cognitivo; (4) o Domínio da Dominância; (5) o Domínio Emocional; (6) o Domínio do *Self*.

O desenvolvimento do modelo CAPP compreendeu três etapas: em primeiro lugar, a avaliação da literatura clínica e de pesquisa existente de forma a identificar sintomas primários; em segundo lugar, a consulta de especialistas experientes no assunto de forma a garantir a integridade dos sintomas então identificados; e em terceiro lugar, a identificação e definição desses mesmos sintomas agrupando-os em seis grupos distintos relativos aos domínios da personalidade psicopática (Cooke *et al.*, 2012). O desenvolvimento deste modelo em que assentou nas três etapas descritas, foi guiado por seis pressupostos, sendo os seguintes: (1) *Os sintomas do transtorno de personalidade devem refletir desvio pessoal, não desvio social ou cultural*, partindo do pressuposto de que o modelo concetual deve definir o transtorno de personalidade em termos dos traços

da personalidade patológica em vez de assentar em violações das normas, nomeadamente do comportamento criminoso ou antissocial; (2) *Os sintomas do transtorno de personalidade devem ser definidos em termos atomistas*, considerando que os sintomas devem refletir características de nível básico da personalidade, acreditando que a categorização é mais fácil e confiável quando depende de recurso de nível básico; (3) *Os sintomas do transtorno de personalidade devem ser definidos em termos de linguagem natural*, que preconizam que se os sintomas de transtorno de personalidade refletem o nível básico das características da personalidade, o mesmo deve ser definido em termos de linguagem natural, em vez de jargão técnico assumindo que os sintomas de perturbação de personalidade podem ser suscetíveis de serem codificados em linguagem natural; (4) *Os sintomas do transtorno de personalidade devem ser definidos nos termos em que refletem sua natureza dinâmica*, partindo do pressuposto de que a personalidade patológica flutua ao longo do tempo; (5) *Os sintomas do transtorno da personalidade podem ser organizados hierarquicamente*, assumindo que os sintomas de baixo nível eram propensos a uma importância teórica ou a associações empíricas que permitam que sejam agrupados de forma mais significativa; (6) *Um modelo conceitual de transtorno de personalidade deve estar completo*, na medida em que um modelo deve incluir todos os principais sintomas dos transtornos, nunca adotando um conjunto de sintomas considerados “suficientemente bons”, mas englobando todos, (Cooke *et al.*, 2012).

Esta abordagem da psicopatia caracteriza-se, na sua essência por ser uma abordagem “*bottom-up*” e não uma abordagem “*top-down*” como o PPD de Cleckley (1988), sendo que segundo os seus autores, o perigo inerente desta última abordagem prende-se com o facto de esta ser dependente do *insight*, experiência e perspicácia do indivíduo. Cooke (2011), apresenta a estrutura hierárquica do CAPP constituída por quatro elementos: os Domínios; os Sintomas; os Descritores Adjetivais; e os Indicadores Comportamentais; em que este último estaria na base da pirâmide e os Domínios no seu topo. Cooke *et al.* (2012), consideram que a dependência a uma única abordagem “*top-down*” deve ser evitada e que foi esta a dependência que levou a conceitualização de Cleckley ao fracasso. Assim, os autores consideraram que uma revisão de literatura exausta permite o esclarecimento da natureza dos constructos, ajuda a identificar as limitações dos modelos existentes e permite estabelecer se é emergente a construção de um novo modelo. Neste sentido, o estudo e desenvolvimento do modelo CAPP teve inerente uma exausta investigação acerca do diagnóstico e dos critérios, já existentes, relativos à psicopatia, nomeadamente pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*

(DSM-IV-TR), pelo *10th Edition of the International Classification of Diseases and Related Health Problems* (CID-10), pela *Hare Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R), *Screening Version of the PCL-R* (PCL:SV), e ainda pelas descrições clínicas de investigadores como Arieti (1963), Karpman (1948), McCords (1964), Millon & Davis (1996), Schneider (1958), assim como Cleckley (1941), Lykken (1995) e Blackburn (1998). Após esta exausta investigação da literatura existente, Cooke *et al.* realizaram entrevistas semiestruturadas a 29 especialistas na matéria (médicos e investigadores) provenientes da América do Norte e da Europa, que já tinham experiência com psicopatas, em que estes tinham de explicar, no seu entender, quais os sintomas da Perturbação da Personalidade Psicopática. Mais tarde, estes sintomas foram avaliados, compilados e alguns alterados, sempre com base numa linguagem simples evitando o jargão técnico, resultando assim, nos trinta e três sintomas divididos em seis domínios que constituem o modelo *Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality* – CAPP.

Assim, considere-se o CAPP um modelo que pretende diferenciar os domínios da psicopatia dos seus sintomas, em busca de um instrumento de avaliação que seja discriminatório em termos de diagnóstico da perturbação, em que esta diferenciação poderá significar uma mais-valia, aquando da separação entre os aspetos da personalidade e os relativos ao comportamento antissocial, no estudo da relação entre a psicopatia e o comportamento desviante (Gonçalves & Soeiro, 2010), assunto que se propõe abordar e analisar no capítulo seguinte. Torna-se ainda relevante mencionar que a sua importância na comunidade académica e científica tem sido notória, e em Portugal não tem sido exceção, pelo que o mesmo modelo foi alvo de uma tradução e validação com o objetivo de vir a ser aplicado na população portuguesa, por Francisca Rebocho, PhD., Pedro R. Almeida, PhD. & Rui Abrunhosa Gonçalves, PhD.

Na incessante e interessante controvérsia relativa à concetualização da psicopatia, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) não poderia deixar de se manifestar acerca desta questão. A CID-10 é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde através de um compilo de uma variedade de sinais, sintomas, aspetos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. Neste sentido, a CID-10 contempla o “Transtorno da Personalidade Dissocial” (F.60.2) para se pronunciar ao que comumente se designa por psicopatia. Segundo esta conceção, o Transtorno da Personalidade Dissocial caracteriza-se por um desprezo pelas obrigações sociais e pela falta de empatia

pelos outros verificando-se um desvio considerável entre o comportamento e as normas sociais estabelecidas, em que a punição não funciona como dissuasor; em que o indivíduo apresenta uma baixa tolerância à frustração e um baixo limiar de descarga de agressividade (Organização Mundial de Saúde, 1998). Para além do termo já mencionado, de acordo com a CID-10, este transtorno pode ainda designar-se por amoral, antissocial, psicopático e sociopático.

Numa abordagem mais atual, o DSM-IV-TR é o manual de eleição para os profissionais da área da saúde mental, e desta forma seria inevitável que a sua concetualização da psicopatia fosse tratada neste estudo com grande enfoque. Em 1952, na primeira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-I), foi incluído o termo "Desequilíbrio da Personalidade Psicopática" para descrever os indivíduos que exibiam um comportamento anormal relativamente ao seu ambiente social relacionando-se com a toxicodependência, o alcoolismo e comportamentos sexuais anormais (Barbosa & Iria, 2008). Em 1968, na edição deste manual, o termo foi substituído por "*Transtorno da Personalidade Anti-Social*" implicando que o transtorno se dirigia contra a sociedade e às suas regras, sendo implícito em ambas as edições a herança dos critérios de Cleckley (1974,1975) e o tradicional conceito de psicopatia (Barbosa & Iria, 2008). Só em 1980, na sua 3ª Edição, é que os critérios de diagnóstico foram enunciados. Atualmente, o DSM-IV-TR utiliza o termo "Perturbação Antissocial da Personalidade (APD) ", para o que vulgarmente se trata como "psicopatia", "sociopatia" ou "perturbação dissocial da personalidade", na medida em que através da designação escolhida se considera que existe uma estreita relação entre a personalidade antissocial e a psicopatia, em que a primeira não existiria sem a segunda e vice-versa, sendo até considerados sinónimos por Mouilso & Calhoun (2012).

Contrariamente, Babiak & Hare (2006), consideram que os conceitos de *psicopatia*, *sociopatia* e *Perturbação Antissocial da Personalidade*, apesar de serem tratadas pela população em geral e pelos profissionais como termos intercambiáveis e relativos a condições idênticas, não designam exatamente o mesmo. Segundo os autores, um indivíduo que padece de *psicopatia* apresenta-se sem consciência e incapaz de sentir empatia, culpa ou lealdade a alguém, senão a si mesmo. Já a *sociopatia* não será uma condição psiquiátrica formal, mas antes uma condição que se sustenta em padrões de atitudes e comportamentos que são considerados antissociais e criminosos pela sociedade em geral, mas que poderão ser vistos como normais ou necessários no meio social em que o indivíduo se desenvolveu; estes podem ter uma consciência bem desenvolvida e uma normal capacidade de empatia, sentimento de culpa ou lealdade,

mas o seu entendimento de correto e errado baseia-se nas normas e expectativas da sua subcultura ou grupo. Babiak & Hare (2006), consideram, por último, que a *Perturbação Antissocial da Personalidade* é um diagnóstico amplo encontrado no diagnóstico da Associação Psiquiátrica Americana e Manual Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV) em que na sua definição se encontram os comportamentos antissociais e criminais, assemelhando-se ao conceito de sociopatia. Os autores referem ainda que a diferença entre *psicopatia* e *Perturbação Antissocial da Personalidade* é que a primeira inclui traços de personalidade como a falta de empatia, grandiosidade e emoção superficial, que não são obrigatórios segundo o diagnóstico da APD; sendo que esta última é três ou quatro vezes mais comum na população geral e nas prisões.

Por outro lado, mas ainda no que respeita a esta conceção, outros autores acreditam que os dois constructos não são sinónimos e que o comportamento antissocial é uma característica da psicopatia e que se encontra relacionada com o comportamento criminoso e a violência (Soeiro & Gonçalves, 2012). Esta última definição focou-se sobretudo nas propriedades antissociais da conduta, passando o enfoque para o comportamento até aos dias de hoje.

Considerando o que tem sido mencionado até então, e retomando a temática em torno do DSM-IV importa, primeiramente, esclarecer a definição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (2006). De acordo com este manual, a psicopatia é definida por “ *um padrão global de menosprezo e violação dos direitos dos outros, com início na infância ou adolescência precoce e continuidade na vida adulta*”, que tem como características centrais a fraude e a manipulação em que para ser estabelecido o diagnóstico a pessoa tem de ter pelo menos de 18 anos apresentando, simultaneamente, história de alguns problemas do comportamento antes dos 15 anos e em que existe um padrão persistente de comportamento em que viola os direitos básicos dos outros ou as normas sociais adequadas à idade do indivíduo. É referido ainda que, as características específicas da conduta na Perturbação do Comportamento se subdividem em quatro categorias: a agressão a pessoas e animais, destruição de bens, fraude ou roubo, ou violação grave das normas (DSM-IV-TR, 2006). Os indivíduos com esta perturbação mental padecem, muitas das vezes, de ausência de sensibilidade em questões que na população em geral não seriam, de todo, ignoradas; a sua falta de empatia pelos outros é notória, em que apresentam uma elevada autoestima e ainda desrespeito pelos direitos dos outros. São indivíduos que apresentam um elevado nível de irresponsabilidade e, portanto, na sua maioria, baixos níveis de ansiedade, podendo ter múltiplos parceiros sexuais advindo da sua falta de responsabilidade e desrespeito pelos outros. São ainda

mais suscetíveis de morrer prematuramente de morte violenta do que a população em geral, devido ao seu modo de vida, expondo-se mais facilmente ao acidente, suicídio ou homicídio. Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (2006), estes indivíduos podem ter associadas perturbações tais como Perturbações de Ansiedade, Perturbações Depressivas, Perturbações Relacionadas com Substâncias, Jogo Patológico, entre outras de cariz do controlo dos impulsos, e ainda, preencher critérios de diagnóstico para outras perturbações da Personalidade em particular a de Estado-Limite, Histriónica e Narcísica. Esta perturbação parece ainda estar associada com um baixo estatuto socioeconómico e a sua prevalência em amostras da comunidade ronda os 3% nos homens e 1% nas mulheres (DSM-IV-TR, 2006).

No intuito de demonstrar as características mais peculiares dos psicopatas, agora então designados de indivíduos portadores da Perturbação Antissocial da Personalidade, à luz do DSM-IV-TR, apresenta-se os critérios de diagnóstico que o mesmo menciona serem cruciais para estabelecer o diagnóstico diferencial, explicando posteriormente o que cada um dos critérios significa em termos de padrão comportamental do indivíduo psicopata. Assim, os Critérios de Diagnóstico da Perturbação Antissocial da Personalidade são: (A) Padrão global de desrespeito e violação dos direitos dos outros ocorrendo desde os 15 anos, indicado por 3 (ou mais) dos seguintes itens - [1] incapacidade para se conformarem com as normas sociais no que diz respeito a comportamentos legais, como é demonstrado pelos atos repetidos que são motivo de detenção; [2] falsidade, como é demonstrado por mentiras e nomes falsos, ou contrariar os outros para obter lucro ou prazer; [3] impulsividade ou incapacidade para planear antecipadamente; [4] irritabilidade e agressividade, como são demonstradas pelos repetidos conflitos e lutas físicas; [5] desrespeito temerário pela segurança de si próprio e dos outros; [6] irresponsabilidade consistente, como é demonstrado pela incapacidade repetida para manter um emprego ou honrar obrigações financeiras; [7] ausência de remorso, como é demonstrada pela racionalização e indiferença com que reagem após terem magoado, maltratado ou roubado alguém; (B) A pessoa ter uma idade mínima de 18 anos; (C) Existe evidência de Perturbação do Comportamento antes dos 15 anos; (D) O comportamento antissocial não ocorre exclusivamente durante a evolução de Esquizofrenia ou de Episódio Maníaco. (DSM-IV-TR, 2006).

Tendo em consideração os critérios de diagnóstico supracitados, para estabelecer o diagnóstico da Perturbação Antissocial da Personalidade é necessário, antes de mais, que o indivíduo tenha pelo menos 18 anos (Critério B) e que simultaneamente tenha uma história de problemas comportamentais antes dos 15 anos (Critério C). É crucial ainda

que o mesmo comportamento (antissocial) não ocorra durante a evolução de Esquizofrenia ou de Episódio Maníaco. Para além destes pressupostos, é necessário que o indivíduo preencha 3 ou mais dos itens supracitados no Critério A). Neste sentido, o Critério A1 estabelece que os indivíduos apresentam um comportamento em contradição às normas sociais no que respeita ao comportamento legal, fundamentando a prisão, desprezando os direitos ou desejos dos outros, tratando-os quase, se não mesmo, como objetos através de atos manipuladores e fraudulentos a fim de obterem um lucro ou prazer pessoal (Critério A2). Não apresentam planos para o futuro, manifestando-se um padrão de impulsividade (Critério A3), como se o que lhes é importante seja o prazer e lucro momentâneo, sem ter que pensar no amanhã, podendo advir daqui o facto de o mesmo não cumprir com os seus deveres no seu local de trabalho e as faltas constantes, sem razões aparentes. Caracterizam-se ainda por serem indivíduos com elevados níveis de irritabilidade e agressividade (Critério A4) podendo envolver-se em atos de violência com maior facilidade do que a população em geral. Tendem a ter um elevado desrespeito pela sua segurança e dos demais (Critério A5) podendo vir a pôr em causa as suas vidas. São altamente irresponsáveis (Critério A6), tanto a nível laboral, como em termos de responsabilidades financeiras ou parentais. E por fim, não poderia ter sido descartada uma das principais características do psicopata, tão debatido e presente na literatura – a falta de remorsos (Critério A7), em que o indivíduo para além de não se culpabilizar pelos seus atos e muitas vezes culpar as vítimas dos seus crimes pelos mesmos, não sente falta de remorsos, naturalmente resultado da sua falta de empatia e desrespeito pelos sentimentos dos outros.

Assim, pode-se concluir que o psicopata acredita, acima de tudo, que vale tudo para ver os seus caprichos e prazeres satisfeitos, tornando-se irrelevante as vontades e sentimentos dos do que o rodeiam.

Na incessante busca do seu entendimento, e como temos vindo a constatar, o conceito de psicopatia acarretou consigo múltiplas concepções, desde termos do senso comum como sinónimo de “louco” e “criminoso” (Gonçalves, 1999) às classificações psiquiátricas do DSM-IV-TR, passando pelo CID (Classificação Internacional de Doenças), até às abordagens psicanalíticas que debatem a psicopatia à luz do sentimento inconsciente da culpabilidade e precocidade das perturbações psíquicas.

CAPÍTULO 2 - OS DIFERENTES OLHARES SOBRE A ETIOLOGIA DA PSICOPATIA

A etiologia e causas da psicopatia têm vindo a assumir-se, desde o século passado, uma questão central no âmbito da psiquiatria e da psicologia, a fim de poder vir a identificar os motivos que tornam um ser humano num indivíduo tão frio, calculista e desprezível como o psicopata. Qual o preço de uma vida? Até onde são capazes de chegar para conseguir satisfazer os seus caprichos? Porque é que estes indivíduos não desenvolveram as qualidades de respeito e sentimentos pelos outros? Desde as explicações baseadas nos fatores psicobiológicos até aos fatores psicossociais, ambientais e familiares, várias são as hipóteses presentes na literatura acerca deste assunto, que tem merecido a melhor atenção da comunidade académica e científica. Neste sentido, no presente capítulo serão enunciadas as principais teses sobre a etiologia e causas da psicopatia.

2.1. – Fatores genéticos associados à Psicopatia

A genética é uma ciência do ramo da biologia que estuda os genes, a hereditariedade e a variação dos organismos, que procura entender porque determinadas características se transmitem de geração em geração. Em resposta à pergunta “Quais as causas da psicopatia?”, esta está a tornar-se mais clara com a aplicação da genética comportamental no estudo dos traços de personalidade e nas disposições comportamentais. A informação genética está normalmente retida nos cromossomas e onde é representada na estrutura química da molécula do ADN (ácido desoxirribonucleico), cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e funcionamento de todos os seres vivos e alguns vírus, e que transmitem essas mesmas características hereditárias. Neste enquadramento, surgem as teorias da hereditariedade genética da psicopatia, em que os estudos com gémeos monozigóticos - que partilham 100% dos seus genes -, e gémeos dizigóticos - que partilham cerca de 50% dos seus genes (Viding, 2004) – assumem um papel basilar na construção e desenvolvimento destas teorias agregando-se aos fatores ambientais a que o indivíduo está exposto. Apesar de ainda não existir estudo da psicopatia no patamar da genética molecular pode-se, através do estudo dos gémeos, concluir que os traços da psicopatia se apresentam muito mais transmissíveis do que outros traços da personalidade (Viding, 2004). Thomas Joseph Bouchard é uma referência nos estudos com gémeos, tendo ficado referenciado por dirigir o estudo “*Estudo dos Gémeos Criados Separadamente do Minnesota*” (1980), em que conclui que os gémeos apesar de serem

separados à nascença, apresentam características comuns. O seu estudo enfoca a história de dois irmãos, separados à nascença que se voltaram a reencontrar passados 47 anos e as coincidências eram extraordinárias: os dois eram calvos, usavam bigode e vestiam uma camisa azul com presilhas nos ombros e óculos de lentes redondas, ao estilo de John Lennon. No entanto, as suas vidas tinham sido bastante distintas: Jack tinha estado na Marinha israelita e trabalhado num *kibutz* (forma de coletividade comunitária israelita assente na produção agrícola), enquanto Oskar ganhava a vida numa mina de carvão, na Alemanha. Durante a experiência, ambos foram submetidos a uma série de testes para determinar um perfil de personalidade e constatou-se que era como se o mesmo indivíduo estivesse a fazer as provas por duas vezes: ambos lavavam as mãos antes e depois de irem à casa de banho, gostavam de usar elásticos nos pulsos e tinham a mania de tossir de propósito nos elevadores. Tal estudo corrobora a tese de que a psicopatia poderá ter origem em fatores genéticos.

Mais tarde, mas ainda no que concerne aos estudos sobre gémeos, no intuito de corroborar (ou não) a tese de que a psicopatia é resultado da genética, Blonigen *et al.* (2003) através do estudo com 271 gémeos adultos afirmaram que *“existem provas substanciais das contribuições genéticas para a variação na construção da personalidade psicopática”*; ainda Larrison *et al.* (2006) chegaram a uma conclusão semelhante em que *“O fator genético explica a maior parte da variação da personalidade psicopática”*; em que ambos os estudos concluíram que a contribuição genética foi maior quando os traços insensíveis – sem emoções - se combinavam com o comportamento antissocial (Babiak & Hare, 2006).

No entanto, outros estudos indicam que os fatores ambientais e a forma que cada indivíduo se molda ao ambiente envolvente são importantíssimos no caso dos gémeos, justificando assim porque no caso de dois gémeos, um pode apresentar condutas antissociais e o outro não. Outros autores consideram ainda outros fatores genéticos para justificar determinadas condutas, como a baixa expressão do gene da monoaminoxidase, do gene transportador da serotonina e do recetor da dopamina (Filho *et al.*, 2012).

2.2. - Fatores psicobiológicos associados à psicopatia

A psicobiologia é uma ciência que se dedica ao estudo da base biológica do comportamento humano, e de carácter multidisciplinar, na medida em que engloba a psicologia, a fisiologia e a biologia, estudando as estruturas biológicas sobre o

comportamento. Estas teorias têm como ponto de partida as manifestações clínicas nucleares da psicopatia, como definidas por Cleckley (1988), como a capacidade empática, o egocentrismo, a impulsividade e a pobreza afetiva (Barbosa & Iria, 2008). Neste sentido, e no âmbito dos estudos realizados em relação às causas da psicopatia, destacam-se as *hipóteses neurobiológicas*. Muitos autores têm afirmado que os psicopatas apresentam certas anomalias ou deficiências cerebrais que parecem motivar a conduta antissocial que tanto os caracteriza (Romero, 2011). A pobreza emocional dos psicopatas e sua incapacidade de apreciar plenamente a vida emocional das outras pessoas têm sido objeto de uma pesquisa neurobiológica considerável, muitos deles usando a tecnologia *brainimaging* - a ressonância magnética. Das *hipóteses neurobiológicas*, as hipóteses mais frequentes são a existência de disfunção do córtex pré-frontal, associado à agressividade e, mais recentemente a lesão a nível amigdalino. A teoria que aponta o córtex pré-frontal como um fator predisponente da psicopatia resulta do conhecimento de que é o córtex pré-frontal que permite o controlo, organização e coordenação de diversas funções cognitivas do indivíduo e ainda as respostas emocionais e comportamentos, através das funções de autorregulação e autocontrolo, denominadas por *Funções Executivas*. Assim, é seguro presumir-se que as alterações a este nível levam a mutações na personalidade, nomeadamente a atitudes imaturas, muitas vezes apresentando dificuldade no controlo dos impulsos, nomeadamente através da desinibição sexual. Gorenstein (1982, *cit* por Romero, 2012), mencionou num estudo que os psicopatas apresentavam défices específicos em processos cognitivos associados ao funcionamento do lóbulo frontal (cujas funções primárias são os movimentos das mãos e da face e as funções associativas relacionadas com a função de planeamento) e que a psicopatia está associada à tendência de persistir juntamente com o fracasso em remover, modificar ou provocar respostas que deixaram de ser adaptativas, como verificou nos seus pacientes com disfunção do lóbulo frontal. Outros estudos realizados por Miller & Raine, entre 1987 e 2000, associaram ainda distúrbios neuro-maturativos a nível do lóbulo frontal com os défices em conseguir planear o futuro, na capacidade de atenção e concentração ou na integração completa de informação nos diferentes sistemas de processamento. Hare (1984, *cit* por Romero, 2012), criticou o estudo de Gorenstein, alegando problemas metodológicos do estudo e concluiu que os psicopatas não diferem dos restantes delinquentes no que respeita a executar tarefas cognitivas relacionadas com a disfunção do lóbulo frontal. O psiquiatra e os seus colaboradores referiram que, do ponto de vista clínico, os psicopatas não respondem a situações emocionais, pois através de várias ressonâncias magnéticas, verificaram que a exposição a palavras emocionais e a fotos desagradáveis não produziu aumentos na sua atividade

cerebral (sistema límbico), região associada ao processamento de material emocional; em contrapartida ocorreu a ativação em regiões do cérebro envolvidas na compreensão e produção de linguagem, como se eles analisassem esse material em termos linguísticos (Kiehl *et al.*, 2001).

Desde 1848 que esta área cerebral é conhecida como importantíssima na regulação do comportamento social, aquando num acidente de trabalho um americano de 25 anos chamado Phineas Gage, teve uma lesão no córtex pré-frontal, resultado de uma barra de ferro que trespassou a base do crânio e atravessou a parte anterior ao cérebro, sofrendo uma alteração da sua personalidade e comportamento, apresentando atos impulsivos irresponsáveis e socialmente desadequados nunca apresentados pelo mesmo até então (Barbosa & Iria, 2008). O caso de Phineas Gage é referência no que respeita às teorias neurológicas da génese da psicopatia, tendo sido feita a reconstrução e possível trajetória da barra de ferro no cérebro de Gage, através de computação gráfica por Hanna & António Damásio, 1994.

Num enquadramento da temática, em Portugal, foi nos anos 30 do século passado que Egas Moniz e Almeida Lima, através da injeção de álcool e por leucotomia, fizeram a secção das fibras de ligação da zona pré-frontal a estruturas subcorticais (tálamo e hipotálamo) em doentes mentais com explosões emocionais, a fim de estes passarem a ter um comportamento mais calmo e pacífico, nomeadamente a nível social (Rodrigues *et al.*, 1989 *cit* por Barbosa & Iria, 2008). Muitos outros estudos foram feitos no intuito de corroborar a tese de que a lesão na área do córtex pré-frontal (responsável por diferenciar pensamentos, distinguir o bom do mau, consequências futuras de atividades decorrentes, definir metas e planeamento e controle social) é um dos predisponentes da psicopatia, desde estudos realizados em indivíduos que sofreram lesões cerebrais até aos estudos de Kluver e Bucy realizados em macacos em 1939 (Barbosa & Iria, 2008). Principalmente nos últimos 20 anos, vários são os estudos que mostram que muitos assassinos e criminosos possuem evidências de doença cerebral. Por exemplo, num estudo realizado por Pamela Blake, Jonathan Pincus & Cary Buckner – “*Neurologic abnormalities in murderers*” – mostraram que 20 dos 31 assassinos confessos e que já tinham transitado em julgado, possuíam diagnósticos neurológicos que apontavam lesões cerebrais e cerca de 64% dos criminosos foram diagnosticados com anomalias no lobo frontal (Deus, s.d.).

Assim, neste enquadramento, podemos definir quatro grandes teses explicativas de índole psicobiológica em relação ao comportamento psicopático: o modelo da *Pobreza*

Afetiva, o modelo do *Défice na Modulação de Respostas*, o modelo do *Marcador Somático* e o modelo da *Lateralização Hemisférica Anômala*.

2.2.1. – O modelo da *Pobreza Afetiva*

O modelo da *Pobreza Afetiva*, como o próprio nome indica, relaciona a psicopatia com prejuízos a nível dos afetos do indivíduo, nomeadamente com défices na ativação das respostas a estímulos emocionais, como o embotamento afetivo. Dentro deste modelo encontram-se duas teorias distintas: a teoria do “Baixo Medo” e a teoria do “Mecanismo de Inibição de Violência”.

No que respeita à teoria do *Baixo Medo*, esta relaciona as condutas psicopáticas com o baixo medo, presentes nos indivíduos psicopatas e na forma em que esta interfere na motivação dos seus comportamentos (Barbosa & Iria, 2008). Segundo Lykken (1995), o medo é uma condição que se estende a todos os mamíferos e que se caracteriza por ser um estado que provoca ao indivíduo excitação e comportamento de fuga e que o mesmo está relacionado com estímulos que no passado estiveram associados a condições de angústia. Ainda segundo este autor, os indivíduos aprendem a evitar comportamentos antissociais e a inibir os seus impulsos através dos castigos e, portanto do medo a vir a ter esses mesmos castigos, o que considera não existir nos psicopatas ou caso existia será em diminuta quantidade. Em boa verdade, *“grande parte dos estudos experimentais que abordam esta desordem tem como propósito central a demonstração de que sujeitos com elevados índices de psicopatia não apresentam a reatividade esperada a estímulos considerados aversivos ou desagradáveis”* (Almeida *et al.*, 2010). A esta teoria podemos relacionar as que consideram que os psicopatas apresentam baixos níveis de ansiedade e ainda considerar que, se estes se caracterizam pela ausência ou *baixo medo*, o mesmo se torna relevante para perceber o psicopata enquanto criminoso, na medida em que é consensual que o sentimento e estado de medo é um notável fator de proteção para o indivíduo que tende a cometer o crime. Neste âmbito surge a importância da função da amígdala – parte integrante do sistema límbico – cuja função é a produção de resposta ao medo e a outras emoções negativas, caracterizando-se por ser o centro identificador do perigo (Blair *et al.*, 2005). A amígdala processa ainda a memória emocional, promovendo uma resposta cognitivo-comportamental que tem em conta o registo emocional das experiências prévias sendo responsável pela associação entre estímulos e recompensas. A par desta caracterização está a que o complexo amigdalino poderá estar implicado neste défice de ativação e que a disfunção deste complexo juntamente com a disfunção

orbito-frontal resultando num grande prejuízo em dois processos cruciais para a socialização: a *aprendizagem por condicionamento aversivo* e a *aprendizagem instrumental* (Mitchell & Blair, 200; Blair, 2003 & Blair *et al.* 2005). Isto porque a *aprendizagem por condicionamento aversivo* assenta no facto de que o indivíduo tem a capacidade de adquirir comportamentos para que algo não aconteça de forma a subtrair um estímulo do ambiente, e a *aprendizagem instrumental*, de Skinner (1953), assenta no facto de que a resposta gera uma consequência e esta vai influenciar a probabilidade de esse mesmo comportamento voltar a ocorrer ou não, se a consequência for reforçada aumenta a probabilidade mas se a consequência for punitiva essa mesma probabilidade diminui. Em termos leigos, podemos considerar que ambas se referem ao que considerámos de discernimento, característica que parece, através dos estudos já referidos, ausente no indivíduo psicopata.

Já no que respeita à teoria do *Mecanismo de Inibição de Violência*, mas ainda dentro da conceção de que o complexo amigdalino tem o seu papel na psicopatia, os defensores desta teoria acreditam que o défice psicobiológico decorre justamente da disfunção deste mesmo complexo resultando uma débil socialização e falta de afetividade do psicopata perante as suas vítimas (Barbosa & Iria, 2008). Estes autores referem ainda que, segundo Blair, é na exibição da angústia por parte das vítimas que resulta a ativação de um estado desagradável e que por conseguinte, inibe a agressão, sendo que esta inibição não se verifica nos psicopatas. Estudos de imagem por ressonância magnética, revelaram que os indivíduos com psicopatia apresentavam uma evidente redução do volume amigdalóide e uma diminuição da ativação da amígdala e outras estruturas límbicas aquando confrontados a estímulos afetivos, nomeadamente a palavras com carga emocional negativa (Tiihonen *et al.*, *cit* por Amaro, 2010). Mais tarde, Blair (2005) reformula o modelo do *Mecanismo de Inibição de Violência*, integrando este com a hipótese de disfunção do sistema de medo, surgindo o Sistema Integrado da Emoção (IES). Assim, o processamento afetivo depende de alguma forma da integridade amigdalina, sendo o medo parte essencial para o funcionamento dessa estrutura (Blair, 2005). Assente no facto de que a disfunção a nível do complexo amigdalino está na base da psicopatia, dos modelos mais recentes, destaca-se o Modelo Triárquico da Psicopatia (2009) que define a psicopatia em três constructos: a *desinibição*, a *ousadia* e a *malvadez* (Patrick *et al.*, 2009).

Apesar de esta teoria ter vindo a merecer uma acentuada atenção, ainda não é possível afirmar que o complexo amigdalino está na causa do défice, mas sim que poderá fazer parte de um circuito de regulação do comportamento mais amplo (Barbosa & Iria, 2008).

2.2.2. – O modelo do Défice na Modulação de Respostas

Ainda no cunho dos fatores psicobiológicos, é enquadrado o modelo do *Défice na Modulação de Respostas*, que assenta na ideia de que a impulsividade é a manifestação clínica característica da psicopatia colocando a débil modulação de respostas no centro da questão (Wallace *et al.*, 1999). Através de testes neuro-psicológicos em que se procede à alteração das condicionalidades das recompensas, os psicopatas cometem mais erros (Lapierre *et al.*, 1995) e ainda uma baixa performance nas tarefas de atenção dividida (Kosson, 1998, *cit* por Barbosa & Iria, 2008). Esta débil resposta aos estímulos, através da impulsividade, ocasiona sinais de alteração comportamental e de atenção e ainda défice da aprendizagem de evitamento passivo. Um dos testes utilizados para corroborar esta teoria foi o teste *Go/No-Go*, em que os psicopatas mostraram uma baixa realização (Wallace *et al.*, 1999). Esta teoria perde força, na medida em que não explica concretamente o défice no processamento de informação, como por exemplo na *pobreza afetiva* tão característica dos psicopatas.

2.2.3. – O Modelo do Marcador Somático

António Damásio, neurologista e referência nacional quando se trata da questão do estudo do cérebro e emoções humanas, desenvolveu a teoria do *marcador-somático* de forma a explicar porque pacientes com distúrbios provocados por lesões a nível cerebral apresentam défices a nível emocional. O marcador-somático é um mecanismo automatizado que sustenta as nossas decisões a partir de experiências emocionais anteriores. Por outras palavras, na nossa vida aprendemos a associar determinadas situações a sentimentos agradáveis ou desagradáveis e que ficam marcadas, possibilitando que mais tarde, ao sermos confrontados com as situações já experienciadas, o marcador-somático avalia as mesmas situações a fim de escolher uma entre duas opções: o marcador funciona como incentivo e impulsiona-nos para determinada ação ou opção ou pelo contrário inibe essa mesma ação/opção levando-nos

a procurar alternativas. Outros autores, Butman e colaboradores (2001, *cit* por Barbosa & Iria, 2008), corroboraram a hipótese do marcador-somático, admitindo que o estado somático dirige a atenção para as consequências negativas das ações facilitando as decisões, tornando-as mais céleres e efetivas. Segundo Damásio (2005), os indivíduos com lesões no lobo frontal têm muita dificuldade ou serão mesmo incapazes em ativar esses mesmos marcadores-somáticos. É entendido ainda que, um dano no marcador-somático pode provocar desvios no comportamento social (Anderson *et al.*, 1999) presumindo-se que condicionará a conduta adequada do indivíduo. No que respeita estritamente à psicopatia (tema de interesse do autor como já se pôde verificar, no capítulo anterior, no caso de Gage – o trabalhador que sofreu alterações comportamentais após um acidente de trabalho), o neurologista defende ainda que das lesões no córtice frontal ventromedial ou no córtice órbito-frontal resultam formas de *psicopatia adquirida*. No seu livro, *O Erro de Descartes*, Damásio conclui que a tomada de decisões e escolhas, no indivíduo, não assenta apenas na razão (teoria de Descartes), mas através de marcadores-somáticos. No entanto, apesar de o estudo de Damásio ser considerado um importante contributo para o estudo da psicopatia, assemelhando-se ao que o mesmo menciona como *Erro de Descartes* outros estudiosos criticam o seu estudo - Blair (2001, *cit* por Barbosa & Iria, 2008) critica esta teoria fundamentado no facto de que a teoria do marcador-somático se sustenta na *psicopatia adquirida* em que estes psicopatas possuem certas características que os diferenciam dos *psicopatas por temperamento*, em que, por exemplo, se está perante uma violência reativa e não predatória.

2.2.4. – A Lateralização Hemisférica Anómala

Em 1836, Marc Dax – um médico francês – sugeriu que o cérebro humano se encontra dividido em dois hemisférios: o hemisfério direito e o hemisfério esquerdo, ligados pelo corpo caloso. Hoje é sabido que essa mesma lateralização se inicia entre o 3º e 5º mês de gestação e é concluída entre os 12 e 14 anos do ser humano (Matos, 2007) em que ambos assumem o controlo das partes opostas do corpo, ou seja, o hemisfério direito controla a parte esquerda do corpo e vice-versa. Assim, ambos se especializaram em funções distintas, distinguindo-nos dos demais animais, enquanto que o hemisfério direito controla a perceção das formas e cores, a formação das imagens, as relações espaciais, as tonalidades afetivas e o pensamento concreto; o hemisfério esquerdo é responsável

por controlar o pensamento lógico, a linguagem verbal, o discurso, o cálculo e a memória. Ambos se consideram de relevante importância e é essencial que ambos funcionem em consonância e harmonia. Segundo Barbosa & Iria (2008), podemos categorizar este modelo em 4 teorias: a da *disfunção do hemisfério direito* – que se fundamenta no facto dos componentes afetivos da linguagem no psicopata serem processados primariamente por recursos do hemisfério direito (Boers *et al.* 1993 *cit* por Kosson *et al.* 2002); a teoria da *reduzida lateralização* – que postula que o processamento linguístico não aparece de forma dominante à esquerda nos psicopatas como na população em geral, considerada por outros autores a tese da *lateralização invertida*; e por último, a teoria da *ativação deficitária do hemisfério esquerdo* – que é fundamentada pelo facto de os psicopatas apresentarem défices de performance em condições que necessitam da utilização primordial do hemisfério esquerdo, podendo daí advir o comportamento antissocial que tanto os caracteriza.

2.3. – Os fatores psicossociais, ambientais e familiares associados à psicopatia

É sabido que o *Homem* não é só resultado de um conjunto de fatores biológicos e genéticos mas também de fatores psíquicos e sociais. No limiar dos fatores psicossociais, urge mencionar que estes fatores se caracterizam por ser de índole intrínseca ao indivíduo e que traduzem um certo equilíbrio entre elementos psicológicos e sociológicos (Dias & Andrade, 1997). Tendo em conta a importância das variáveis psicológicas e sociais na explicação do comportamento humano, nomeadamente no comportamento criminoso e antissocial, não poderia ser descartado o interesse destes fatores na explicação da psicopatia. Segundo Romero (2011), o perfil de personalidade e emoções do psicopata vincula-se com muitos dos seus traços comportamentais verificando-se que estamos perante um ser egoísta, irresponsável e indiferente às normas sociais, tendendo a viver o dia-a-dia sem se preocupar com o futuro, levando um nível de vida desviado do que se considere do padrão dito normal e de caráter parasitário. Foi desde a década de 40 que se consideraram os fatores sociais e familiares na explicação da psicopatia, nomeadamente, através dos estudos do sociólogo Harrison Gough, em 1948. Gough dissertou acerca da habilidade para representar um papel, descrevendo o psicopata como um ser que padecia de uma deficiente habilidade de *role-playing*, incapacitando-o de construir relações sociais saudáveis, na medida em que era incapaz de assumir vários papéis sociais e pôr-se no lugar dos outros. Desta deficiente habilidade é consequente a incapacidade para julgar a sua própria conduta através da perceção dos outros. Outros autores vieram a intensificar a tese de Gough através de estudos realizados com

psicopatas, como O'Mahony & Murphy (1991, *cit* por Romero, 2011). Segundo Romero, ainda na busca pelo entendimento dos fatores predisponentes da psicopatia, Jenkins, (1966), Robins(1996) e McCord(1968,1983) associaram a agressividade, hostilidade e crueldade sofridas na infância pelo psicopata. Mais tarde Hodge, acrescentou que, à semelhança dos veteranos de guerra – Transtorno do Stresse Pós-Traumático –, os psicopatas também seriam resultado de um stresse pós-traumático resultante de abusos físicos e sexuais na infância. Adrien Raine (1993), associou ainda que as famílias disfuncionais e monoparentais também seriam um fator de risco da psicopatia, na medida em que através de um estudo levado a cabo pelo mesmo verificou-se que os indivíduos que tinham sido criados antes dos 10 anos de idade em instituições, apresentavam pontuações mais altas na escala de psicopatia de Hare – a PCL-R – do que os que provinham de lares sem alterações a nível parental. Torna-se, por último, de grande importância mencionar que os fatores socioeconómicos também foram apontados como base da psicopatia, baseando-se no facto de que os indivíduos ao terem menores recursos a este nível, não vêm ambiente adequado para satisfazer as suas necessidades e por isso através das suas frustrações tomam condutas e comportamentos antissociais.

2.4. – Fatores de risco associados à psicopatia

No âmbito da temática dos fatores de risco associados à psicopatia, várias são as concetualizações, como se tem verificado ao longo do presente capítulo. No que respeita a estes fatores é essencial clarificar antes de mais, o que se considera por *risco* e por *fatores de risco*. Num molde mais simplificado, por risco poder-se-á entender tudo o que constitui um grau de incerteza e que aumente a probabilidade de determinado acontecimento ocorrer. De uma forma mais íntegra, o risco designa-se por *“incerteza associada a um acontecimento que pode ser quantificada com base em observações empíricas sob a forma de probabilidade”* (Gigerenzer, 2005, *cit.* por Neves, 2009). Por *fatores de risco* considera-se todos os atributos ou características individuais de determinado indivíduo que juntamente com as condições do contexto ambiental e social em que se encontra, aumentam a probabilidade de incidência ou reincidência de determinado estado ou comportamento. Podemos categorizar os *fatores de risco* em duas categorias: os *fatores de risco estáticos* e os *fatores de risco dinâmicos*. Os *fatores de risco estáticos* são todos os que estão subjacentes a fatores históricos ou passados que não são passíveis de ser modificados, como por exemplo a idade, sexo, genética e

história passada do indivíduo. Já os *fatores de risco dinâmicos* são aqueles que são passíveis de mudança, sendo que potenciam a mudança natural ou com intervenção, como por exemplo a associação a grupos antissociais, o ambiente familiar e social.

Ainda a nível dos fatores associados ao indivíduo e ao comportamento humano, os fatores de proteção apresentam um papel fundamental, quando se trata a psicopatia como uma condição resultante do social, na medida em que os *fatores de proteção* consideram-se todos os atributos ou características individuais ou condições situacionais que inibem e reduzem a probabilidade de um indivíduo ter determinado comportamento. Neste enquadramento não se poderá descartar o conceito de *resiliência* que consiste num processo pelo qual o sujeito evidencia comportamentos positivos e um bom funcionamento geral, no momento em que está exposto a fatores de risco (Brandão, 2011), que parece se apresentar ausente no psicopata, tendo em consideração a tese da *aprendizagem por condicionamento aversivo*, mencionado anteriormente.

Desde as teorias psicobiológicas, passando pelas teorias psicossociais e genéticas, são várias as teses presentes na literatura que sustentam a compreensão da génese da psicopatia. Neste sentido e após o estudo das teorias citadas, pretende-se, através dos fatores de risco, fazer um sumário de todos os fatores mencionados anteriormente de forma a simplificar e compreender melhor onde cada um se enquadra. Assim, pode-se considerar que existem três tipos de fatores de risco associados à psicopatia: (1) *psicossociais*, (2) *neurobiológicos* e (3) *genéticos/hereditários*. Dentro do tipo (1) *psicossociais*, enquadram-se: ambiente familiar violento, negligência parental, abuso emocional e físico, abuso de substâncias por parte dos cuidadores e/ou do indivíduo psicopata, impulsividade, hiperatividade na infância, transtorno da conduta, influência negativa de grupos escolares e da comunidade. Quanto aos (2) *neurobiológicos* consideram-se: disfunção do lobo frontal, alterações da amígdala e as alterações a nível do córtex-frontal; e por último, os de tipo (3) *genético/hereditários*: exposição intrauterina ao uso de substâncias, baixa expressão do gene da monoaminoxidase/ do gene transportador da serotonina/ recetor da dopamina, má-nutrição, baixo nível de cortisol, elevados níveis de testosterona, produção de neurotoxinas.

Considera-se importante esta categorização, na medida em que, uma adequada identificação dos fatores de risco poderá auxiliar na identificação dos indivíduos psicopatas e quiçá intervir de forma a minimizar os prejuízos que resultam das suas condutas e comportamentos (Enokibara *et al.*, 2012).

Considerando, assim, os fatores supramencionados, é indispensável mencionar que a presença dos seguintes fatores não representa, só por si, que o indivíduo apresente necessariamente condutas antissociais ou se torne psicopata, mas que os mesmos predisõem os indivíduos a tal condição. Ou seja, a literatura tem vindo a indicar possíveis fatores acerca da génese da psicopatia, mas ainda não é possível estabelecer uma causa que, só por si, evidencie que determinado indivíduo se tornará psicopata por possuir tal condição. É importante ainda considerar que a previsão do risco é crucial na antecipação do comportamento delinquente e criminoso, em que por *avaliação de risco* se entende o “*exercício de avaliação baseado em dados empíricos, cientificamente validados, que permitem traduzir a incerteza de um acontecimento numa probabilidade fundamentada*” (Neves, 2009).

CAPÍTULO 3 - PSICOPATA CRIMINOSO VS PSICOPATA INTEGRADO

A relação da psicopatia com o comportamento criminoso afigura-se, através dos estudos realizados e presentes na literatura científica, de uma consideração soberba no que respeita ao estudo da psicopatia. É, de facto, evidente que o indivíduo psicopata possui fatores predisponentes para o cometimento de tal tipo de comportamentos e condutas. No entanto, é importante salientar que nem todos os indivíduos psicopatas são criminosos, assim como nem todos os criminosos são psicopatas. Embora o estudo da personalidade psicopática tenha vindo a assumir o interesse dos investigadores em diversos campos, a maior parte dessa atenção recaiu em questões relacionadas com o sistema de justiça criminal assim como da avaliação clínica e tratamento da psicopatia. Neste sentido, só recentemente, os investigadores começaram a olhar para esta construção da personalidade em contextos não forenses, através de amostras da comunidade e amostras nas organizações. Em boa verdade, os psicopatas podem assumir o papel de indivíduos bem-sucedidos e bem integrados na sociedade, como referiram em tempos Hare (1993) e Cleckley (1988), exemplificando com referências a grandes figuras públicas, importantes industriais, atores, desportistas e políticos. Alguns psicopatas afiguram-se predadores oportunistas e agressivos que se aproveitam das pessoas que conhecem, enquanto outros são mais pacientes, esperando que a vítima perfeita se cruze no seu caminho. Em qualquer dos casos o psicopata está constantemente a avaliar a utilidade das suas vítimas como uma fonte de dinheiro, poder, sexo ou influência (Babiak & Hare, 2006). Uma das forças motrizes da tendência dos estudos não forenses relativos a esta matéria foi a conceitualização do "psicopata bem-sucedido".

O estudo acerca da psicopatia e a sua relação com o comportamento criminoso tendeu a focar-se na comunidade presidiária, tendo sido revertida esta linha de investigação com o estudo de Cathy Widom (1976), em que o trabalho pioneiro da psicóloga da Universidade de Harvard, foi um dos primeiros a examinar a psicopatia fora dos muros dos estabelecimentos prisionais, em que tentou desenhar os potenciais psicopatas na comunidade de Boston, atraindo-os com um tentador anúncio no jornal: *“Psicóloga estuda pessoas aventureiras despreocupadas que já levaram vidas impulsivas emocionantes. Se você é o tipo de pessoa que faria quase qualquer coisa por um desafio...”* recrutando assim os indivíduos para o seu estudo. Neste estudo, 65 por cento da amostra mostrou critérios para a sociopatia, em que vários dos indivíduos tinham empregos significativos na sociedade, nomeadamente na gestão de negócios e na banca de investimentos; em última análise, a amostra de Widom não era composta

especialmente de indivíduos bem-sucedidos mas de desordeiros que tinham escapado à deteção do sistema legal (Smith *et al.*, 2014). Ainda assim, foi um dos primeiros esforços para examinar a psicopatia além da comunidade presidiária, como os estudos realizados até então.

No entanto, a alusão aos psicopatas integrados iniciou-se muito antes do estudo de Widom. Cleckley (1941) descreveu pela primeira vez os indivíduos que possuíam traços de personalidade de psicopatia mas que não se envolviam em comportamentos antissociais; outros consideraram que o psicopata bem-sucedido é um indivíduo que encarna e tem as características essenciais da personalidade psicopática, mas que se abstém do comportamento marcadamente antissocial (Hall & Benning, 2006); outros, por sua vez, consideraram que o psicopata bem-sucedido é um indivíduo que possui algum nível de traços psicopáticos e que evitou o contato com o sistema de justiça, podendo mesmo atingir o sucesso em determinados domínios da vida (Lykken, 1995 *cit* por Stevens *et al.*, 2011). Subjetivamente, estes indivíduos bem-sucedidos aspiram a altos cargos utilizando, estratégias manipuladoras que lhes permitam chegar a altas e prestigiadas posições na sociedade (Barbosa & Iria, 2008). Lykken (1995) sugeriu ainda que determinadas características dos psicopatas, como a superficialidade e o encanto aparente, pode coadjuvar um indivíduo a alcançar o sucesso profissional. Filho e colaboradores (2012) consideram ainda o psicopata não-criminoso (os que nunca chegam a delinquir), em que a psicopatia deve ser conceitualizada em termos de traços latentes de personalidade, que todos os indivíduos possuem, mas em diferentes magnitudes, e não de comportamentos característicos de grupos populacionais. Os investigadores que estudam estes indivíduos normalmente os descrevem como camaleões, como tendo a capacidade de se adaptar à coloração do ambiente que estão inseridos, permanecendo invisíveis aos seus inimigos e assumirem-se como o perfeito predador escondendo as suas verdadeiras intenções; neste cômputo alguns psicopatas podem, assim, viver em sociedade e não violar as leis penais, embora possam cometer comportamentos que magoem os que o rodeiam – como familiares, conhecidos, colegas de trabalho - levando vidas aparentemente normais, não ferindo as pessoas de formas que atraem a atenção dos demais, mas de um modo oculto, como a nível económico, psicológico e emocionalmente abusivo (Babiak & Hare, 2006). Ao invés, outros psicopatas podem revestir o papel de homicidas que praticam os seus crimes com base numa violência extrema.

3.1 – Comportamento Criminoso e Comportamento Antissocial

Consumada a introdução respeitante ao psicopata criminoso e ao psicopata integrado, no que respeita ao comportamento criminoso, torna-se crucial, antes de mais, definir o que se entende por crime. Termo oriundo do latim “*crimen*” – o crime - é um dos fenómenos que mais atenção atrai e requer da sociedade, desde que esta existe, cujas repercussões se fazem sentir a todo o momento, por todo mundo e em todas as populações. Desde o seu termo lato até às suas múltiplas etiologias e entendimentos culturais, a sua existência é condição da existência humana e a sua erradicação afigura-se inexequível enquanto existir humanidade. Pelo seu impacto na sociedade, o estudo da sua génese tem vindo a verificar-se um grande foco de interesse pela população científica. Desde as teorias do comportamento criminoso de um ponto de vista biológico até às teorias de enfoque na psique do criminoso. Uma das mais famosas das teorias biológicas – hoje completamente descartada – é a frenologia, criada no século XVIII pelo médico alemão Franz Joseph Gall (1758-1828), segundo a qual o criminoso possui características físicas, como saliências no crânio, que o diferenciam dos demais. Destacaram-se ainda teorias como a de Cesare Lombroso (1835-1909) de índole bio antropológica, ainda com influência da frenologia, assente na existência de um criminoso “nato” que não passava de um indivíduo que *“reproduz na sua pessoa os instintos ferozes da humanidade primitiva e dos animais inferiores”* (Lombroso, 1876 cit por Dias & Andrade, 1997); e de Sigmund Freud (1856-1939), o pai da Psicanálise, que defendia que o comportamento antissocial e criminoso são decorrentes de um desequilíbrio entre o *ego*, o *superego* e o *id*, as três partes que constituem a personalidade individual. Segundo esta teoria, se o *superego* – que representa a internalização do código moral da sociedade – é muito fraco, o indivíduo não consegue reprimir seu *id* – seus instintos e desejos naturais – violando as normas sociais e cometendo um crime.

Ora, se o crime é foco de diversos e importantes estudos, a psicopatia tem igualmente merecido a atenção da população científica. Neste sentido, ao longo dos tempos, desde o início pela busca de tentar denominar o indivíduo “louco” e “psiquicamente doente” que remonta ao século XIX, até aos dias de hoje, a psicopatia tem sido maioritariamente tratada como uma condição psíquica que anda de mãos dadas com o comportamento violento e criminoso. Assim e tendo em conta o que a caracteriza e o que se tem vindo a estudar neste âmbito, podemos considerar que *“Mesmo a mais superficial das análises da psicopatia e das características que a definem - irresponsabilidade, impulsividade, egocentrismo, sentimento de grandiosidade, ausência de empatia, de culpa ou de*

remorso – indicia o psicopata como muito mais provável do que qualquer outro indivíduo em geral de infringir as leis e as normas sociais” (Rebocho, 2007).

Num intuito de definir e elucidar a relação entre o psicopata e o comportamento violento e criminoso ou a ausência do mesmo, no presente capítulo, e sendo este o tema central do trabalho aqui exposto; é indiscutível a importância de determinar, antes de mais, os conceitos de psicopata, de comportamento antissocial e comportamento criminoso. Em primeiro lugar, tendo sido até então discutido toda a conceção à volta do termo da psicopatia, considera-se que os psicopatas “ *caracterizam-se essencialmente pela sua insinceridade, um estilo interpessoal manipulativo e utilitário e o frequente uso da agressividade para resolver a generalidade dos problemas que lhes surgem*” e ainda que “*Estas características, aliadas a traços de egocentrismo, à ausência de sentimentos de culpa ou remorsos pelo impacto dos seus comportamentos e atitudes nas outras pessoas, contribuem para que se instale aquilo que Walters (1990) descreveu como um «estilo de vida criminal» ” (Gonçalves, 2007). É de salientar que o psicopata nunca precisará de enfrentar a sua consciência, na medida em que ele não possui uma, sendo capaz de fazer coisas com extrema frieza em busca dos seus sonhos e objetivos desaforados, não se importando com nenhum impedimento moral ou jurídico e muito menos com emoções ou sentimentos dos outros, em que nada os comove nem os demove (Stout, 2010). No que respeita aos comportamentos antissociais e criminais, Hare (2002) considera que existe uma *fórmula perfeita* constituída pelas características essenciais que definem a psicopatia: o egocentrismo, grandiloquência, narcisismo, a autojustificação, impulsividade, falta em geral de inibições comportamentais e necessidade de poder e controlo. Assim, tendo em conta a *fórmula perfeita* de Hare, pode-se ponderar que os indivíduos psicopatas apresentam maior predisposição para o cometimento de atos antissociais, considerando-se estes indivíduos “perfeitos” para delinquir – “*Se o crime é a descrição de um posto de trabalho, o psicopata é o candidato perfeito*” (Hare, 1993).*

Verificado o anteriormente referido, assume-se na iminência de confrontar os conceitos de comportamento antissocial e comportamento criminoso. Segundo Barbosa & Iria (2008), o conceito de comportamento criminal não coincide com o conceito de comportamento antissocial, sendo que o primeiro é uma pequena parcela deste. O comportamento antissocial define-se como um padrão estável de desrespeito pelos direitos dos outros ou de infrações das normas sociais de determinada comunidade (Fonseca, 2000; Kazdin & Buela-Casal, 2001 *cit por* Barbosa & Iria, 2008). Neste sentido,

esta definição acarreta uma panóplia de comportamentos, por vezes bastante discrepantes, desde mentiras e desrespeito pelos outros (insultos, falta de empatia pelos outros, entre outros), pequenos delitos até aos atos criminosos que constituem crime e estão contemplados no Código Penal. Assim, embora estes comportamentos sejam bastante díspares, os mesmos assemelham-se na medida em que constituem um eventual dano para os outros e exibem condutas socialmente e moralmente recrimináveis, considerando-se condutas de carácter antissocial. Quanto à sua natureza e efeitos estes mesmos comportamentos podem causar danos graves a pessoas, nomeadamente a morte, ou não causar qualquer dano efetivo e podem implicar confronto direto com a vítima ou então não existir vítimas diretas dos seus atos. Conforme o referido, não se pode confundir comportamento antissocial com comportamento criminoso, na medida em que nem sempre o comportamento antissocial resulta na violação das leis penais. Neste enquadramento, é indiscutível a importância de mencionar a definição de psicopatia de Cleckley (1988), que considera que o comportamento antissocial não é suficiente para o diagnóstico de psicopatia. Em 2004, Cooke e colaboradores concluem que o comportamento antissocial é antes um sintoma secundário da psicopatia, considerando que apesar dos indivíduos psicopatas apresentarem um elevado risco de apresentarem comportamentos antissociais, tal conduta nem sempre é verificável (Barbosa & Iria, 2008). Seria inevitável, ainda, considerar o conceito de “ponta do *iceberg*” de Hare, na medida em que considera que alguns dos indivíduos considerados “normais” e “exemplares” na sociedade só após o cometimento de crimes e sua descoberta é que se vem a verificar que sempre foram psicopatas, pois as circunstâncias nunca levaram a que se suspeitasse que a psicopatia era presente naqueles indivíduos. Em concordância com o que se tem vindo a estudar, é considerável afirmar que a psicopatia é uma condição presente em determinados seres humanos, que quando associada à criminalidade reveste um papel de dano social, na medida em que os crimes perpetrados por estes indivíduos tendem a ser de índole gravosa e horripilante, revestindo, muitas das vezes, feições sangrentas.

Assim, considera-se que o comportamento criminoso se designa por um conjunto de ações levadas a cabo por um indivíduo, que desencadeia o crime, propriamente dito. Numa perspetiva criminológica, segundo Dias & Andrade (1997), o crime será todo o comportamento – mas só aquele – que a lei tipifica como tal. Sendo o crime resultado de um comportamento voluntário (exceto as demais exceções previstas na lei), do qual resulta a violação de normas penais que visam proteger e salvaguardar os bens jurídicos fundamentais à vivência em sociedade, o mesmo prevê consequências a nível penal,

estando tipificados no Código Penal. Neste sentido, torna-se fácil verificar que as condutas antissociais resultantes, por exemplo, da violação das normas sociais, não significam obrigatoriamente crime nem comportamento criminoso, na medida em que não se verificou violação das normas penais - condição obrigatória para um comportamento se considerar criminoso e constituir crime.

Dada a circunstância, impera a necessidade de tratar, ainda que concisamente, a problemática da imputabilidade ou inimputabilidade do indivíduo psicopata, como fora antevisto no *capítulo 1*. Pelo facto de não existir uma lei que considere diretamente a psicopatia, *“o legislador não se preocupou em determinar uma punição eficaz que contemplasse as demandas do portador da personalidade psicopática, tão pouco se voltou para compreender a gravidade da psicopatia, uma vez que se trata de pessoas desprovidas de remorso e culpa, portanto, tem dificuldade de ressocialização e reintegração à sociedade, se fazendo urgente a necessidade uma política criminal para o infrator com estas características”* (Santos, 2013). Segundo Carolo (2005), de acordo com a Organização Mundial de Saúde, a psicopatia é uma condição que se traduz como melhor exemplo para a imputabilidade diminuída. No enquadramento penal português, a psicopatia poder-se-á enquadrar no nº2 do artigo 20º *“Pode ser declarado inimputável quem, por força de uma anomalia psíquica grave, não accidental e cujos efeitos não domina, sem que por isso possa ser censurado, tiver, no momento da prática do facto, a capacidade para avaliar a ilicitude deste ou para se determinar de acordo com essa avaliação sensivelmente diminuída”* em que se o juiz vier a considerar que o efeito da inimputabilidade só se verifica parcialmente, mas constatar uma base biológica (psiquiátrica) grave e permanente, sob o qual o agente não tem domínio, pode concluir pela inimputabilidade; no entanto tal inimputabilidade diminuída não significa, obrigatoriamente, pena atenuada, e pelo contrário determinar a aplicabilidade de uma pena mais gravosa, pela presença de brutalidade e crueldade ou perversão moral no comportamento do agente (Carolo, 2005), caso manifesto, como a literatura tem vindo a constatar, em muitos dos crimes praticados por psicopatas. É de entendimento e aceitação geral, entre os investigadores da matéria, e tendo em conta as concetualizações que se tem vindo a mencionar ao longo deste trabalho, que a psicopatia não se trata especificamente de uma doença que dispõe o indivíduo alheio à realidade envolvente, não obstante, o psicopata apresenta consciência do ato ilícito praticado, embora a sua culpabilidade e sentimento de remorso sejam diminuídos em resultado da sua condição psicossocial. De encontro a esta reflexão está o parecer de Trindade, Beheregaray e Cuneo (2009, *cit* por Santos 2013) que *“entendem que [os psicopatas]*

devem ser imputados pelo crime que cometeram pelo fato de que seu aparelho psíquico não está comprometido e, portanto, tem consciência plena do caráter ilícito de sua conduta.”. Neste sentido, pode concluir-se que cabe ao legislador a capacidade de determinar se um indivíduo psicopata é imputável ou inimputável, estudando as causas e circunstâncias do crime, assim como considerar sempre uma avaliação psicológica ao mesmo e considerando o parecer do profissional que realizou essa mesma avaliação; nunca descartando que “os psicopatas representam o grupo de delinquentes menos tratáveis e onde a esperança de modificação é mais débil” (Gonçalves, 2007), ponderando a capacidade de ressocialização do mesmo e a probabilidade de o indivíduo voltar a cometer um crime.

3.2 - As características do Psicopata Integrado e do Psicopata Criminoso e as suas tipologias criminais

O psicopata integrado e o psicopata criminoso distinguem-se sobretudo pela ausência ou presença de execução de comportamentos criminosos. Esta diferenciação poderá ser justificada através da neurobiologia; Gao & Raine (2010), postularam que os processos neurobiológicos intactos ou melhorados, incluindo o melhor funcionamento executivo, o aumento da reatividade autonômica, volumes normativos do córtex pré-frontal e da amígdala, e o normal funcionamento frontal, podem servir como fatores que protegem os psicopatas bem-sucedidos permitindo-lhes atingir os seus objetivos de vida, utilizando abordagens mais secretas e não-violentas. Em oposição, os investigadores consideraram que um cérebro com défice a nível estrutural e funcional acompanhado de uma reduzida reatividade autonômica, com funcionamento executivo prejudicado, e, por conseguinte, uma tomada de decisão arriscada, predispõem os psicopatas mal sucedidos para formas mais extremas de comportamento antissocial, utilizando métodos mais vastos e agressivos de manipulação. Pese embora, a relação entre a psicopatia e o comportamento criminoso, urge a necessidade de voltar à temática de que o facto de que o comportamento criminoso não ser totalmente intrínseco e ligado à psicopatia, mas sim o comportamento antissocial, que nem sempre sucumbe em crime. Apesar de, na maioria das vezes, a conduta antissocial resultar em crimes e infração das leis penais, esta poderá abarcar apenas comportamentos como a exploração nas relações interpessoais que não são, impreterivelmente, infrações penais – são os intitulados psicopatas bem-sucedidos, integrados ou corporativos.

Estes indivíduos podem passar por nós num dia chuvoso ou de sol radiante, cruzarem-se connosco num simples mercado ou ser o colega que trabalha na secretária ao nosso lado. Podem ser aquele profissional de excelência cuja profissão exija uma racionalidade tácita, como um negociador de reféns ou um atirador profissional; ou ainda aquele colega simpático que descreve-mos como ambicioso e que na verdade, é muito mais que isso. De encontro a corroborar esta ideia, Cleckley (1988) considera que “o psicopata apresenta um aspeto técnico de sanidade mental, muitas das vezes capacidades intelectuais altas e não raramente tem sucesso nos negócios ou na sua atividade profissional” e, lembrando, ainda que possuem um encanto superficial e boa inteligência. A literatura aponta os integrados, bem-sucedidos ou corporativos como aqueles indivíduos que estão adaptados na sociedade, nomeadamente a nível laboral, mas que, no entanto, fazem jus à sua capacidade tácita, manipulação e aos seus encantos para satisfazer os seus caprichos cometendo, na maioria das vezes, comportamentos antissociais, nomeadamente de índole fraudulenta (Babiak & Hare, 2006; Romero, 2010; Reinhardt, 2012). Hall & Benning (2006), consideraram ainda interessantes os psicopatas bem-sucedidos, na medida em que, embora eles não se envolvam em comportamentos marcadamente ilegais violando as normas e direitos dos outros, estes podem alcançar o sucesso pessoal ou profissional através da exploração das pessoas próximas a eles, nomeadamente a família, amigos ou colegas de trabalho.

Babiak & Hare (2006) na sua obra *“Snakes in Suits, when psychopaths go to work”* referência literária no que respeita aos psicopatas corporativos, referem que é quatro vezes mais comum encontrar psicopatas em ambientes corporativos do que na população em geral, e que estes se caracterizam por ser articulados, inteligentes, sedutores e convincentes, características fundamentais para estarem num ambiente perfeito no seu meio profissional e desenvolver as suas práticas, assumindo-se como funcionários ideais mas deixando um rasto de mentiras, atos desonestos, fraudes, assédio e intimidação, como se de uma cobra se tratasse espalhando o seu veneno. Nesta obra literária, é citado o exemplo de Dave, um executivo de uma empresa americana de tecnologia, que logo na primeira semana, o chefe notou que ele despendia mais tempo a criar atritos entre os funcionários do que a trabalhar e plagiava relatórios sem medo de ser descoberto. No entanto quando o chefe recomendou a sua demissão, Dave foi reclamar aos superiores do seu chefe e com a sua habilidade em lubrificar os outros, conseguiu ficar dois anos na empresa, sendo promovido duas vezes, até causar um “buraco” na empresa e a sua máscara, finalmente, cair.

No que se refere aos atos cometidos pelos psicopatas “criminosos” e os psicopatas “integrados” verifica-se uma diversidade complexa, distinguindo-se dos atos cometidos por criminosos não-psicopatas. No âmbito do que anteriormente se mencionou como comportamento criminal, assume-se que os ofensores criminais não-psicopatas se caracterizam por ser um grupo heterogêneo, podendo divergir em vários campos, nomeadamente nas características da personalidade, características psiquiátricas e sociodemográficas levando a fortes variações na frequência, gravidade e natureza dos comportamentos antissociais (Vassileva *et al.* 2005 *cit por* Barbosa & Iria, 2008). Segundo um estudo de Haapasalo (1994), em que comparou os crimes de furto/roubo, fraude e tráfico praticados por psicopatas, psicopatas moderados e não-psicopatas, apenas encontrou diferenças significativas para estes três tipos de indivíduos, no crime de fraude; em que os outros apresentavam frequência semelhante. Verificando-se assim, que no que respeita a crimes de índole menos gravosa, comparativamente aos crimes contra a vida e a autodeterminação sexual, que não existe uma diferença muito díspar quanto à frequência nos diferentes tipos de indivíduos. Quanto aos atos cometidos por psicopatas integrados, a literatura tem vindo a aludir uma vasta lista, com os mais variados exemplos, como: (1) humilhar uma pessoa em público ou ser agressivo com ela; (2) ridicularizar o trabalho dos colegas ou exercer qualquer tipo de tortura psicológica sobre eles; (3) espalhar mentiras sobre um colega para prejudicar sua reputação ou incentivar pessoas a fazer o mesmo; (4) mudar rapidamente de comportamento para manipular as pessoas ou causar elevados níveis de medo; (5) encorajar colegas de trabalho a ter o mesmo tipo de comportamento sobre determinada vítima; (6) pedir o cumprimento de tarefas inatingíveis a alguém ou (7) invadir a privacidade dos outros de forma a poder vir a utilizar essas informações como chantagem, no futuro (Babiak & Hare, 2006; Clarke, 2011). Já os psicopatas criminosos se afiguram, muitas das vezes indivíduos violentos, que utilizam o uso da força física perante a vítima, como se poderá verificar no próximo ponto.

Na sua obra *“Without Conscience: The Disturbing World of the Psychopaths Among Us”* (1993), Hare relata a sua vivência de quando trabalhava num estabelecimento prisional de segurança máxima no início da sua carreira, levando-se pelo interesse do comportamento dos psicopatas em que procurava saber se existiam diferenças fisiológicas entre os psicopatas criminosos e psicopatas não-criminosos. Aqui, o psiquiatra verificou que os psicopatas usavam uma linguagem um pouco diferente dos demais (na escolha de palavras e ritmo), assemelhando-se aos resultados de Cleckley (1988), e que estes tinham dificuldade em compreender o conteúdo emocional das

palavras, descrevendo os seus crimes mais atrozes com desapego e desinteresse (Babiak & Hare, 2006).

Em boa verdade, estes indivíduos apresentam-se com as mais variáveis competências e habilidades, sendo difícil vê-los como de facto são. Se é difícil ou impossível conhecer na sua essência as pessoas que nos rodeiam, sejam familiares ou amigos, que não padecem de psicopatia, e até mesmo a nós próprios, conhecer estes indivíduos e identificá-los fora do âmbito criminal, torna-se, sem dúvida, numa tarefa crítica e delicada. Os psicopatas têm a facilidade de “ler as pessoas” identificando os desgostos, motivações, necessidades e vulnerabilidades dos outros; possuem excelentes capacidades de comunicação oral, utilizando jargões técnicos e clichês (muitas vezes intercalados com a sua agressividade - diluindo-a), normalmente mais aparentes do que reais, em que o fato que vestem se afigura mais importante do que o seu conteúdo, apresentando uma boa imagem e exercendo boa influência sob os que o rodeiam; e apresentam, sobretudo, a habilidade de vestir uma nova máscara e interpretar uma nova personagem adaptando-se às várias realidades e situações (Babiak & Hare, 2006).

Devido ao seu sentido predador, o psicopata identifica as suas vítimas facilmente através de uma ininterrupta observação, como se de um animal se tratasse, a filar a sua presa. As pessoas, surgem como objetos, metas e obstáculos na sua vida. O motivador primário do psicopata é a oportunidade de enganar e manipular alguém, em que muitas vezes procura pessoas para burlar, e nesta primeira fase envolve a identificação e avaliação de metas ou a sua vítima. Babiak & Hare (2006) consideram que no mundo dos negócios, a deteção destes indivíduos é relativamente fácil, na medida em que costumam ter posições altas, de grande energia e extravagância nas empresas; no entanto não se aproximam apenas das grandes empresas, estes indivíduos tendem a chegar perto de pessoas com poder informal como, por exemplo, um representante de um sindicato que tem o poder de suavizar os conflitos e dificuldades dos funcionários, um estafeta que faz a entrega de documentação muito importante de determinada empresa, uma secretária com acesso a informação privilegiada – podendo significar um trunfo útil para o psicopata corporativo usar para atingir os seus objetivos. Os autores consideram ainda que, para além de fazer uma pré-avaliação dos ganhos que poderá vir a ter com a aproximação a determinada pessoa, o psicopata integrado avalia também os pontos fracos emocionais e as defesas psicológicas das suas potenciais vítimas, a fim de elaborar um plano de ataque; avaliação pode ser feita de várias formas e em diferentes graus, pelo facto de também o estilo de vida pessoal e a experiência não ser igual em todos os indivíduos. As suas vítimas podem ser um profissional astuto ou uma celebridade, em que o psicopata

encara como um desafio a manipulação dos mesmos, através do seu forte ego, já outros preferem atacar pessoas enfraquecidas ou vulneráveis como pessoas que vivem sós e têm uma vida solitária com falta de apoio emocional e de companheirismo, idosos com rendimentos fixos, menores de idade ingênuos ou ainda aqueles que foram vitimizados recentemente por outros, (Babiak & Hare, 2006). Os autores referem que não é claro se os psicopatas mentem porque é uma tática eficaz para conseguir o que querem, ou porque o ato de mentir é prazeroso, ou ambos; numa criança normal, a mentira e distorção da realidade tende a diminuir com a idade, ao contrário dos psicopatas que tendem a ficar melhores com o passar dos anos, desenvolvendo a sua “habilidade”, não valorizando a verdade, a menos que seja para realizar o seu objetivo. Na verdade, Babiak & Hare (2006) consideram que a mentira e até a manipulação são trunfos utilizados por todos nós – desde o jogador de poker a fazer “*bluff*”, os adolescentes que tentam convencer os seus pais para ter permissão para sair à noite, um empresário a tentar fechar um negócio, um político em campanha eleitoral – sendo que o que distingue os não-psicopatas dos psicopatas é que estas atitudes não são tão insensíveis, prejudiciais ou destrutivas para os outros, em que a obscenidade e a mentira não são parte integrante do indivíduo nem coexistem com as demais características que definem a psicopatia. Outra das características do psicopata corporativo é evitar tomar responsabilidade pelos seus atos, delegando essa mesma responsabilidade e culpa a outros colegas de trabalho, à empresa ou à sociedade, reforçando uma falsa lealdade perante os outros e fortalecendo a sua imagem positiva na empresa, denegrindo a imagem dos outros. Ou seja, estes indivíduos parecem ajudar e proteger os outros, mas na verdade, apenas estão a fugir às suas responsabilidades (Reinhardt, 2012). A desobrigação moral é ainda uma condição característica do psicopata bem-sucedido, que quando aliada à tomada de decisão se torna um défice destes indivíduos levando-os a responder de forma antiética a dilemas éticos no contexto de negócios (Stevens *et al.*, 2011). O charme que eles simulam ajuda a conquistar a confiança dos chefes e a pressionar para que colegas que atrapalham sua ascensão profissional acabem demitidos; não raramente, costumam ocupar os cargos hierárquicos mais altos. Nesta fase de manipulação, a falta de empatia, culpa ou remorso é importante, pois facilita o comportamento psicopático que é insensível aos sentimentos e direitos dos outros (Spain *et al.*, 2013).

Após “escoar” todo o valor que a vítima podia representar para si, o psicopata abandona-a, passando para a vítima seguinte. Este abandono costuma ser abrupto, de um dia para o outro e nos casos de roubo de identidade, fraude de cartão de crédito e outras fraudes,

o psicopata desaparece de forma eficaz reaparecendo num novo lugar com uma nova identidade. Este desapego é-lhes fácil, na medida em que não constroem qualquer tipo de ligação às suas vítimas, apresentando um fraco ou ausente apego emocional e social. Muitas das suas vítimas querem que o psicopata volte para as suas vidas, não acreditando que tal pessoa não passava de uma fachada (Babiak & Hare, 2006). O psicopata pode causar muita dor e precisa de ser enfrentado em algum momento, de forma muito profissional e de preferência com provas (Revista ISTOÉ, 2012 *cit* por Reinhardt, 2012). Clarke (2011) aconselha que a vítima do psicopata corporativo registre tudo que acontece com ela, anotando detalhadamente as situações ocorridas para que posteriormente essas evidências auxiliem uma queixa na empresa ou num sindicato; a vítima deverá ainda procurar tratamento psicológico, em que a educação é uma forma de minorar os danos causados pelos psicopatas, aprendendo a lidar com ele. Para o psicopata não ficarão danos dos atos cometidos, pois o passado e o futuro não são importantes na sua vida, valorizando o presente ao máximo, não pensando assim nos atos que já praticaram nem nas consequências que praticam (no presente). Apesar destes indivíduos não sentirem a profundidade das emoções experimentada pela maioria dos seres humanos, eles têm a capacidade de entender que os outros têm algo chamado de “emoções”; segundo Jack Abbott (1944-2002) – um assassino psicopata americano – *“Há todo um espectro de emoções, que eu sei através de palavras, através da leitura e na minha imaginação imatura. Eu posso imaginar que sinto essas emoções (sei portanto o que elas são) mas não as tenho”*. O psicopata apresenta muito das vezes um estilo de vida parasitário, que consiste em viver através do trabalho e rendimentos dos outros, sem qualquer esforço e trabalho da sua parte, em que estes não têm qualquer pudor em pedir e muitas vezes exigir o apoio financeiro dos outros – estes podem ser um familiar ou amigo ou então um estranho que ele seduz - mesmo quando trabalham e são capazes de se sustentarem, os psicopatas tendem a usar impiedosamente os outros, nomeadamente colegas de trabalho e os patrões. Estes indivíduos não sentem empatia pelos outros, pelo que o impacto emocional e económico do seu comportamento interesseiro é irrelevante para ele, acreditando que os outros são tão gananciosos e insensíveis como ele, assumindo que a vida dos outros é tão superficial e estéril quanto a sua (Babiak & Hare, 2006).

Clarke (2011) considerou que um indivíduo com características de fragilidade é uma potencial vítima dos psicopatas, rapidamente explorada e com forte probabilidade de vir a ser ridicularizada verbalmente na presença de outras pessoas (devido ao prazer que ele sente em humilhar as pessoas) criticando-as, utilizando o abuso verbal e as ameaças

como arma para as intimidar - implementando uma cultura de silêncio - e continuando o seu comportamento sem obstáculos; encara os outros como alguém a um nível abaixo do dele, nomeadamente colegas de trabalho, delegando-lhes as funções, mudando constantemente os projetos de forma a baralhá-los, e tratando cada um de forma diferente tendo em conta a utilidade que considera que essa pessoa representará para ele alcançar os seus objetivos – a estes, Clarke (2011), denominou-os por psicopatas corporativos. O psicólogo australiano refere ainda que as vítimas dos psicopatas corporativos relatam sentir como se tivessem perdido o controlo das suas vidas e a confiança em si próprias, questionando a sua competência profissional, podendo vindo a manifestar ataques de pânico, depressão, distúrbios do sono, problemas de relacionamento interpessoal, abuso de álcool e drogas, entre outras, verificando-se assim uma vitimização que não resulta de uma violência física, mas de uma violência psicológica extrema e verdadeiramente manipulativa.

O sentimento de remorso e culpa é a parte do senso moral que nos impede de agir ao encontro de algumas fantasias, que podem consistir em utilizar, manipular ou magoar alguém, no entanto essa capacidade não existe no indivíduo psicopata, pois eles são predadores eficazes na medida em que não são atormentados por dúvidas ou preocupações levantadas pela consciência (Stout, 2010). Para além disso, a sua necessidade de novos estímulos, tornando-se facilmente aborrecidos facilitam a procura de novas vítimas, movendo-os a procurar novas e excitantes oportunidades. Alguns podem passar longos períodos de tédio e trabalho duro a fim de concluir etapas importantes na sua vida, como a conclusão de um curso superior ou com a esperança de obter uma promoção no seu local de trabalho. No seu trabalho tendem a evitar tarefas monótonas ou difíceis ou que requerem um longo prazo de concretização.

Estes indivíduos têm um elevado senso de grandiosidade e autoconfiança acreditando que os outros devem estar ao seu dispor enquanto seres inferiores, considerando os demais como fracos, inferiores e fáceis de enganar. Neste sentido, quando questionados sobre a sua opinião sobre os atos por si praticados, tendem a acreditar que as suas vítimas tiveram o que mereciam e muitas das vezes referem ainda que lhe estavam a dar um presente, como referem muitas das vezes os psicopatas que tomam lugares como líderes de culto (Spain et al., 2013).

Spain e seus colaboradores (2013) referem ainda que após a identificação das suas potenciais vítimas, o psicopata começa a criar um manto de charme e engano, que se torna a nova ficção do psicopata. Este é o início da fase da manipulação. O primeiro

objetivo é ganhar a confiança do indivíduo através da sua bajulação e várias técnicas de encantamento. Após essa fase, podem ainda criar uma elaborada personagem fictícia ou máscara - seja forte, ingênuo, dominante, honesto, submisso, confiável ou mundano – ou assumir um papel de um empresário bem-sucedido, possuidor de uma profissão respeitada, alguém com ligações a celebridades ou um cônjuge mal compreendido, variando tendo em conta o que ele acredita que vai conduzir a sua potencial vítima a responder positivamente às suas condutas manipulativas. Através destas técnicas, o psicopata pode criar uma verdadeira visão do seu mundo fictício na mente dos outros, visão essa que quase parece também se acreditar. Mesmo no caso de as suas vítimas terem conhecimento acerca da vida do psicopata, este é tão bom a enganá-las que estas acabam por duvidar do que pensam e mudam as suas opiniões.

Muita tinta já rolou sobre a personalidade psicopática e a complexidade da mesma, seja através de livros e artigos científicos até a artigos em revistas convencionais. Apesar de existirem várias teorias sobre a forma como a personalidade se desenvolve e como se manifesta de pessoa para pessoa, Babiak & Hare (2006), ainda no que respeita à manipulação, consideram que existem três formas comuns da personalidade ser experimentada por cada um de nós que são importantes para a compreensão da manipulação psicopática: a *personalidade interna* ou *privada*, que experimentamos dentro de nós, composta pelos pensamentos, atitudes, percepções, julgamentos, necessidades, preferências, valores e emoções, muitas vezes através de uma auto percepção positiva e que queremos que os outros apreciem da mesma forma; a *personalidade pública* ou *projetada*, que representa o que queremos que os outros vejam quando estamos em público; e, a *reputação* que tem como base o que dizemos e fazemos, sendo a forma como os outros nos caracterizam através da nossa interação com os demais, avaliando os nossos atos. Por vezes podemos exagerar alguns pontos positivos nossos de forma a deixar uma boa impressão ou exercer influência sobre os mesmos; esperando sempre que a nossa personalidade reflita as coisas que queremos partilhar com os outros e consigamos esconder o lado mais obscuro que poderá existir. Os psicopatas são bons nesta habilidade de avaliar a personalidade dos outros, talvez porque trabalham muito a capacidade e projetar uma personalidade tendo em conta o objetivo que pretendem atingir.

Outros estudos apontam que a natureza emocionalmente fria do psicopata o leva a cometer com maior naturalidade crimes violentos e agressões físicas às suas vítimas e ainda que a prevalência da psicopatia é notavelmente maior em homens do que em mulheres (Hare & Neumann, 2009; Coid *et al.*, 2009). Unidos por esta frieza tão

associada ao comportamento antissocial e criminoso, o maquiavelismo, o narcisismo e a psicopatia são três componentes do lado escuro da personalidade – os denominados "Dark Triad" - que têm vindo a ser tratados pelos investigadores ao longo dos tempos (Lee & Ashton, 2005; Babiak & Hare, 2006, Spain *et al.*, 2013). O *maquiavelismo* é uma personalidade manipuladora, com uma marcada falta de empatia, baixa afetividade, possuindo uma visão não convencional da moralidade conjugada com uma vontade mórbida de mentir, explorar os outros e se concentrar exclusivamente nos seus próprios objetivos. Estes estão dispostos a manipular os outros mas não têm necessariamente uma capacidade superior para fazê-lo. Já o *narcisismo* tem facetas variantes da grandiosidade, dominação e superioridade, podendo apresentar-se como uma pessoa charmosa ou agradável, ainda que a curto prazo. Já a *psicopatia* é descrita como uma impulsividade e procura pela emoção combinada com baixa empatia e ansiedade caracterizando-se por uma autoconfiança e sentido de superioridade com tendência para a autopromoção (LeBreton, Binning, e Adorno, 2006; Lynam & Widiger, 2007, *cit* por Spain *et al.*, 2013; Lee & Ashton, 2005; Babiak & Hare, 2006), buscando uma gratificação imediata para as suas necessidades (Hare, 1999).

O'Boyle *et al.* (2012, *cit* por Spain *et al.*, 2013) investigaram a relação entre a supramencionada tríade concluindo que tanto o maquiavelismo como a psicopatia foram fracamente relacionados ao débil desempenho no trabalho. Em geral, os estudos que ligam a personalidade sombria aos resultados de liderança têm sido sugestivos de que o contexto é importante como determinante para saber se os traços de personalidade escuros irão desempenhar um papel positivo ou negativo na eficácia da liderança, mas que no geral existe uma relação positiva entre a personalidade sombria e um líder eficaz (Padilla *et al.*, 2007; Deluga, 2001; Simonton, 1986 *cit* por Spain *et al.*, 2013). Isto porque provavelmente, as suas características o tornam mais incisivo e menos emocional na hora de tomar medidas importantes, com a racionalidade desmedida que os caracteriza.

Anos de pesquisa sobre as populações criminais confirmam que a criminalidade e a violência estão implícitas no termo *psicopata*, permitindo conhecer que estes indivíduos, sejam eles masculinos ou femininos, tendem a cometer um maior e mais variado número de crimes do que os restantes criminosos (Babiak & Hare, 2006). Neste sentido, a íntima relação concetual entre a psicopatia e a violência tem sido demonstrada cientificamente ao longo dos tempos. Hare (1999) considera que as características que são presentes nos psicopatas -insensibilidade, impulsividade, o egocentrismo, a grandiosidade, irresponsabilidade, falta de empatia, de culpa ou remorso – indicam que o psicopata apresenta maior probabilidade que os demais indivíduos a quebrar e violar as leis e

regras da sociedade. Tal ligação é considerada, segundo Hare, através da introdução e aprovação generalizada da PCL-R em que fornece evidências empíricas sobre esta associação e portanto, a legítima. Uma condição que parece comum a todos os psicopatas é um transtorno nas suas vidas afetivas, implicando dificuldades nas suas atividades diárias e no contacto com os demais seres humanos. Por esta condição, produz-se uma distorção das relações sociais que, por sua vez, se tornam incómodas e chegando muitas vezes a extinguirem-se. Tal ausência gera um comportamento nitidamente antissocial que mostra profundamente egocentrismo em que o psicopata tem como objetivo prioritário satisfazer as suas próprias necessidades sem se preocupar com os demais (Romero, 2011). O psicopata é um ser humano apto a reconhecer as normas sociais e conhecê-las intelectualmente, no entanto, o mesmo carece da capacidade para assumir no seu foro interno a ordem social estabelecida e os princípios pelo que esta se rege (Jiménez *et al.*, cit por Romero, 2011). Neste sentido, estes indivíduos interpretam as normas como obstáculos na satisfação das suas necessidades, caprichos e ambições, pelo que escolhem ignorá-las e, por vezes, violá-las em resultado do seu mero prazer e satisfação pessoal e individual. Considerando esta persecução desenfreada das suas ambições, considera-se que quanto menor seja a adaptação dos psicopatas às normas sociais maior seja o seu grau de perigosidade e a probabilidade de apresentar comportamentos violentos e criminosos. Segundo Romero (2010), a agressividade e a violência só é usada quando o encanto, a manipulação, as ameaças e a intimidação não se afiguram efetivos para alcançar os objetivos a que se tinham proposto alcançar. Segundo o mesmo autor, não se deve duvidar que os psicopatas são uns grandes manipuladores das pessoas que os rodeiam, utilizando-as como meros objetos para conseguir os seus próprios objetivos e para satisfazer os seus caprichos psicológicos; estando todo o *ciclo de manipulação psicopático* repleto de mentiras que o psicopata utiliza como sua ferramenta de “trabalho” e que o levam a desvirtuar a realidade com o objetivo de conseguir algo para si próprio.

Considerando a herança empírica acerca desta questão, é de facto necessário evidenciar esta estreita relação entre a psicopatia e o comportamento violento, nomeadamente que existe uma elevada incidência e frequência de crimes violentos e agressivos em indivíduos com uma pontuação alta na PCL-R; considerando-se ainda que os não psicopatas têm maior probabilidade do que os psicopatas em ser detidos e encarcerados por homicídio, em que os primeiros tendem a cometer crimes de índole passional e a conhecidos, enquanto os segundos tendem a vitimizar estranhos – principalmente para obter ganhos materiais, não chegando a matá-los (Williamson *et al.*, 1987). Por outro

lado, segundo Serin & Amos (1995), os psicopatas são mais agressivos e hostis na interpretação dos seus crimes, incluindo ameaças, uso da força física e uso de armas e ainda que têm maior probabilidade de cometer delitos violentos pouco depois de terem sido postos em liberdade.

As características do psicopata integrado/corporativo já mereceram a atenção neste capítulo, ao invés as características do psicopata que comete os crimes mais atrozes e os quais merecem a melhor atenção tanto dos investigadores como da ficção científica. *“Os psicopatas são, muitas das vezes, inteligentes e expressam-se muito bem. Eles podem ser interlocutores agradáveis e divertidos, com respostas rápidas e inteligentes. Frequentemente, contam histórias pouco prováveis mas de alguma forma nos convencem da sua veracidade. Eles estão sempre na sua melhor forma. Podem apresentar-se adoráveis e encantadores aos demais. Alguns, no entanto, mostram-se demasiado polidos notando-se pouca sinceridade. Os observadores mais astutos têm frequentemente a impressão que os psicopatas agem mecanicamente «lendo um guião»”, Robert Hare (1993).* O autor acrescenta ainda que, os psicopatas são seres incapazes de experimentar emoções humanas profundas como o amor e a compaixão, não apresentando relações significativas ou íntimas, em que as suas relações sexuais se caracterizam pela superficialidade, e *“Na verdade eles parecem incapazes de sentir qualquer emoção que os outros experimentam, à exceção de frustração e raiva. Podem ainda ser divertidos e criativos, na medida em que inventam histórias verosímeis. Eles não apresentam pensamento delirante ou irracional – que muitas vezes caracteriza a doença mental – e não tendem a ser ansiosos ou neuróticos”.*

Vários estudos apontam que os psicopatas criminosos empregam a violência para manipular e controlar as suas vítimas, e que a ideia de que estes indivíduos empregam a violência para subjugar e aterrorizar as suas vítimas não é nada mais do que uma ideia falaciosa, que resulta do facto de apenas nos centrarmos nos casos mais extremos, como os assassinos em série e no sensacionalismo enraizado na sociedade atual através dos filmes que todos conhecemos (Romero, 2010).

Embora a psicopatia esteja intimamente associada ao comportamento antissocial e comportamento criminoso, a mesma não deve ser confundida com a criminalidade em geral (Hare, 1999). Os psicopatas são qualitativamente diferentes dos outros que rotineiramente se envolvem em comportamentos criminais e diferentes até daqueles cuja conduta criminosa é extremamente grave e persistente. Ainda segundo Hare (1999), estes indivíduos apresentam distintas "carreiras criminosas" em relação ao número e ao

tipo de comportamentos antissociais que cometem, bem como as idades em que os perpetram; e, para além disso, verifica-se que o comportamento antissocial dos psicopatas é motivado por fatores diferentes dos indivíduos não psicopatas, pelo que o resultado da sua conduta criminosa (vitimologia ou *modus operandi*) também é diferente. Neste sentido, os fatores psicológicos, sociais e da personalidade que se costumam ligar a comportamentos antissociais em geral, podem ser menos aplicáveis aos psicopatas do que à população em geral.

A típica carreira criminosa é curta, mas o mesmo não se aplica aos criminosos psicopatas. Estes indivíduos, quando entram no caminho da criminalidade, tendem a começar a sua carreira numa idade precoce e estendê-la até e durante a sua vida adulta, sendo que continuam a exercer essas atividades durante quase toda a sua vida. Segundo Hare (1999), a carreira destes indivíduos tende a ficar menos “grosseiramente antissocial” na meia-idade. Num estudo levado a cabo por Hare, McPherson, & Forth (1988), os psicopatas criminosos mostram um significativo decréscimo do seu comportamento criminoso por volta dos 35-40 anos, principalmente no que respeita a crimes não-violentos. No entanto, parece que a propensão que os psicopatas têm para se envolver em violência instrumental e agressão diminui muito pouco com a idade (Hare *et al*, 1988), isto talvez porque as características associadas a ele (impulsividade, busca de sensações, agressividade, entre outras), não são necessariamente acompanhadas por uma diminuição dos traços egocêntricos, manipuladores, cruéis e essenciais da psicopatia (Harpur & Hare, 1994 *cit* por Hare 1999). Em 1997, Patrick e colaboradores (*cit* por Romero 2011) chegaram a importantes conclusões ao examinarem a relação existente entre alguns fatores da PCL-R e as diferentes formas de comportamento agressivo-violento. Os mencionados investigadores concluíram que o comportamento antissocial está relacionado com *stress* elevado (característica pouco comum ou inexistente nos psicopatas) e com a agressão e impulsividade; em que existe uma relação entre o fator “conduta antissocial” da PCL-R e a impulsividade e a violência reativa: agressões, comportamento violento em criança, lutas constantes em adultos e maus-tratos às suas parceiras. Por outro lado, o fator “desapego emocional” da PCL-R estava mais relacionado com a agressão “instrumental” ou “planificada”, como a posse ou uso de armas (Harpur & Hare, 1991). A caminhar no mesmo sentido, Buss (1961) e Dodge (1991, *cit* por Romero, 2011), consideraram através dos seus estudos que o fator de “desapego emocional” da PCL-R está relacionado com um alto desejo de domínio e ambição assim como um nível baixo de ansiedade; concluindo estes dados que a

agressão no psicopata “puro” está mais relacionada com a violência que visa a consecução dos seus objetivos, ou seja, tratando-se de uma agressão “instrumental”.

De acordo com estudos de Cornell *et al.*, (1996) e Hart & Dempster (1997, *cit* por Hare 1999), a violência perpetrada por psicopatas tende a ser mais instrumental, desapaixonada e predatória do que a da população criminosa em geral. Ainda no que respeita à violência instrumental, Babiak & Hare (2006), referem que a agressão e violência dos psicopatas é simplesmente um meio para atingir um fim, enquanto que a maior parte da violência de outros criminosos, que não padecem desta perturbação, tende a ser reativa em resposta a ameaças ou situações que geram um estado emocional intenso, seguido por sentimentos de remorso e culpa causado a terceiros; sentimentos que, como temos vindo a constatar ao longo deste trabalho, é ausente no psicopata. Num estudo realizado pelo FBI, constatou-se que quase metade dos agentes da lei que sucumbiram à morte, no exercício das suas funções, foram mortos por indivíduos que apresentavam semelhanças com o perfil de personalidade do psicopata.

Assim, no que concerne às características do psicopata, é notório que a violência perpetrada por psicopatas tende a ser de tipo instrumental, premeditado e a sangue frio, muito devido à sua impulsividade, desapego emocional e desrespeito pelos outros. Tende ainda a ser mais comum a agressão reativa ou impulsiva nos indivíduos psicopatas do que nos não psicopatas. É ainda de ressaltar que os psicopatas tendem a usar a sua linguagem superficial e manipulativa para alcançar os seus fins.

Apesar de os psicopatas deterem, de facto, as características supramencionadas, não se pode descurar os que não possuem tais particularidades, mas antes se manifestam como indivíduos que não têm qualquer habilidade social ou comunicativa ou base educacional para interagir com sucesso com os outros, tendo de decorrer à ameaça, coação, intimidação e violência para os dominar e conseguirem o que querem. Nem todos os indivíduos psicopatas são seres muito inteligentes nem como a inteligência “acima da média” que comumente vemos ser relacionada a estes indivíduos, nomeadamente quando representados na ficção científica, mas padecem de certas habilidades como o encantamento e a linguagem fluente, e, exatamente por isto, se manifestam seres agressivos e deveras desagradáveis (Babiak & Hare, 2006). Os autores mencionam ainda que através do estudo da psicopatia ou da mera leitura de artigos por curiosidade poderá levar-nos a ver traços psicopáticos em algumas pessoas que nos rodeiam: desde ex-chefes, ex-cônjuges, professores, familiares ou colegas de trabalho podem tornar-se

suspeitos quando comparados com a lista de Hare, outros poderão a começar a questionar-se a si mesmos - “*Será que sou um psicopata?*”.

Assim, no que respeita à tipologia dos crimes levados a cabo pelos psicopatas considera-se que existe uma grande versatilidade criminal, considerando o que está referido e descrito na literatura no que respeita a esta questão. Segundo Babiak & Hare (2006), relativamente aos crimes perpetrados por psicopatas, “*os seus crimes tendem a ser mais violentos do que as de outros criminosos, e o seu comportamento geral mais controlador, agressivo, ameaçador, e abusivo. Além disso, a sua agressividade e violência tendem a ser predatória a sangue frio e desprovida do intenso abalo emocional que normalmente acompanha os atos violentos da maioria das pessoas.*”. Desde a fraude, passando pela extorsão e agressão sexual até ao homicídio, os psicopatas criminosos apresentam um diversificado leque de tipologias criminais e, por norma, não são delinquentes especializados num só tipo de crime. Rodríguez (2006) cit por Romero (2011), considera que os crimes mais comumente perpetrados por psicopatas podem ser divididos em quatro categorias: *crimes de falsificação* (1); *crimes de género* (2); *crimes contra a liberdade sexual* (3); e *crimes violentos* (4). Quanto à primeira – *crimes de falsificação* – o autor refere nesta categoria o advogado delinquente, o diretor bancário que fraudava a sua instituição e o político importante que “armazena” dinheiros públicos, considerando que estes são difíceis de descobrir na medida em que a sua habilidade dificulta a descoberta dos seus atos. O autor refere ainda que estes terão maior pontuação na escala de “Interpessoal” / “Afetivo” e terá menor pontuação na escala de “Antissocial” da PCL-R. A segunda categoria – *crimes de género* – refere-se aos maus-tratos físicos e psicológicos do psicopata criminoso à sua companheira e filhos que poderá resultar na morte dos mesmos; apesar de considerar que a maioria deste tipo de criminosos não serem psicopatas, alguns nos seus níveis mais graves apresentam estes comportamentos. Aqui ter-se-á em conta os itens 1 e 2 da PCL-R, destacando-se a impulsividade, a escassa afetividade, a ausência de remorsos, escasso autocontrolo, entre outros. Quanto aos *crimes contra a liberdade sexual*, o autor considera que apesar de poucos, os agressores sexuais mais graves apresentam psicopatia, apresentando comportamentos agressivos e sádicos que muitas das vezes acaba na morte das vítimas; no caso dos pedófilos, o sadismo, a agressão física e o sequestro estão presentes. Muitos destes indivíduos exercem cargos que permitem o contacto próximo com as suas vítimas, as crianças, sendo muitos deles sacerdotes, professores, monitores, entre outros. Por fim, o autor refere-se aos *crimes violentos*, considerando principalmente os assassinos em série. Segundo este, alguns deste tipo de psicopatas planificam os seus crimes hediondos e

são organizados, enquanto que outros não; assim como alguns cometem os seus crimes nos mesmos locais e, por outro lado, outros cometem em cidades distantes e distintas. No entanto, existem semelhanças no cometimento de crimes violentos por psicopatas, nomeadamente: o comportamento é reiterado, só matam uma pessoa de cada vez que perpetra um homicídio, distinguindo-se, portanto, dos assassinos em massa; não têm relação próxima com a vítima; verifica-se uma variável de vício quanto ao crime, em que os mesmos consideram que não o podiam ter evitado; a componente sexual só está presente em algumas ocasiões e tem carácter secundário na perpetração do crime, contrariamente ao que o autor refere ser uma ideia estereotipada de que a agressão sexual está sempre presente nestas situações; uma infância inadequada ou traumática, como se a sua ousadia fosse reflexo desses mesmos traumas; e em alguns casos verifica-se a presença de alguns traços paranoides e de ódio pela sociedade. Segundo Borrás Roca (2002) *cit* por Romero (2011), muitas das vezes os comportamentos delituosos destes indivíduos são acompanhados pelo uso e abuso de álcool e drogas para além da agressividade que lhes é característica.

No que se refere ainda aos psicopatas criminosos, era inevitável mencionar a problemática da taxa de reincidência destes indivíduos. A taxa de reincidência refere-se à percentagem de infratores que cometem um novo crime, posteriormente à sua libertação ou condenação. Segundo Babiak & Hare (2006), os psicopatas são os mais perigosos, com vista à segurança pública, e têm uma taxa mais elevada de reincidência do que os outros criminosos, em que estes compõem 15 por cento da população carcerária e que muitos dos restantes 85 por cento dos indivíduos apresentam características muito semelhantes, por vezes, confundida com a psicopatia.

Harris *et al.*, (1991) após um estudo longitudinal, verificaram que 77% dos indivíduos prisioneiros com altos *scores* em psicopatia na PCL-R tinham reincidido criminalmente após um período de 10 anos; contrariamente, apenas 21% dos indivíduos com baixos *scores* haviam reincidido durante esse período (Filho *et al.* 2012). Num estudo levado a cabo por Langstrom & Grann (2012), em que exploraram a relação entre a psicopatia avaliada pela PCL-R e a reincidência violenta intrainstitucional e a reincidência violenta durante 2 anos em situação de risco na comunidade num grupo de jovens com idades compreendidas entre 15-20 anos de idade, considerados criminosos violentos ou sexuais submetidos a avaliação psiquiátrica forense; concluíram que embora estatisticamente significativas, a relação entre a psicopatia e a reincidência violenta não foi particularmente impressionante. No entanto, na presença de transtorno de conduta antes dos 15 anos e uso de substâncias exibiram associações independentes substanciais com

a reincidência violenta em modelos de regressão logística. Mais especificamente, os fatores “Afetivo” e “Interpessoal” característicos da construção do transtorno da personalidade psicopática, não foram associados à reincidência criminal na sua amostra de jovens delinquentes violentos e sexuais. Sendo que a relação entre a psicopatia e a reincidência violenta foi marcada pelas características comportamentais como a impulsividade, condutas problemáticas precoces e estilo de vida instável ou antissocial.

Ainda no que respeita à reincidência, num estudo levado a cabo por Rebocho (2007) com 38 indivíduos condenados pelo crime de violação de mulheres adultas, verificou-se que apesar de não se ter aferido um efeito significativo do valor obtido da PCL-R acerca da condição primário/reincidente - 2/3, era notória a tendência criminal por parte dos sujeitos psicopatas, pois apesar da sua tenra idade, já apresentavam antecedentes criminais. Segundo Gonçalves (2007), *“atendendo à gravidade e violência dos crimes cometidos pelos psicopatas e ao risco que representam quando em liberdade, é possível desde logo que a sua condenação seja elevada.”*, e em caso de o mesmo não se verificar, ainda segundo o autor, essa mesma pena tender-se-á a agravar em resultado do envolvimento do psicopata em comportamentos violentos durante o cumprimento da sua pena. Sabe-se que o tratamento destes indivíduos se configura deveras complicado e por vezes impossível, apresentando uma baixa taxa de sucesso, pelo que *“atendendo à sua alta taxa de reincidência, é essencial uma forte aposta no controlo destes indivíduos, sobretudo através dos meios formais que a Justiça permite.”* (Gonçalves, 2007).

Hare (1999), refere que, provavelmente, 1% da população em geral são psicopatas e representam uma significativa proporção das nossas populações prisionais e que estes são responsáveis por uma acentuada quantidade desproporcional de crimes graves e de angústia social. Esta percentagem, respeitante à prevalência da psicopatia na população em geral, apesar de diminuta, acarreta consigo danos sociais, económicos, físicos e psicológicos, que vão muito para além desse número (Babiak & Hare, 2006). Ainda segundo os mesmos autores, os psicopatas são responsáveis por, pelo menos, metade dos crimes graves e violentos persistentes cometidos na América do Norte. No entanto, a prevalência dos psicopatas na sociedade não está rigorosamente estabelecida, na medida em que vagos são os estudos que se consideram os psicopatas que nunca chegaram às instâncias da justiça. Ora se os indivíduos não são identificados, dificulta-se a tarefa de medir o seu grau de psicopatia. Assim, pode-se assumir que existem psicopatas a viver livremente entre nós, simplesmente pelo facto de não ter sido

apanhado a cometer um crime ou uma prática socialmente infratora, dado que a maioria dos estudos se refere à população prisional (Gao & Raine, 2010).

Neste sentido, considera-se a psicopatia uma condição que para além de predispor o indivíduo ao comportamento violento, e considere-se “predispor” no seu sentido lato, na medida em que nem todos os psicopatas são criminosos e vice-versa; a taxa de reinserção destes indivíduos apresenta um baixo sucesso, pelo que *“face aos novos achados, se devem começar a equacionar e a implementar efetivamente intervenções de carácter multidisciplinar, nas quais psicólogos, neuropsicólogos, psiquiatras e outros técnicos se articulam com o sistema de justiça para aumentar as taxas de sucesso no tratamento do quadro, reduzir a reincidência e, em última análise, prevenir a rigidificação dos quadros psicopáticos identificados precocemente, com concomitante diminuição daquilo que podemos, de modo simplificado, considerar a criminalidade psicopática.”* (Amaro, 2010).

CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho assentou no foco da relação entre a psicopatia e o comportamento criminoso ou ausência do mesmo, assim como a evolução histórica e conceitual da perturbação em questão, considerando o *estado da arte*, em molde de revisão de literatura.

A psicopatia tem vindo a merecer uma atenção considerável por parte da comunidade científica e académica, tendo-lhe sido atribuídas variadas nomenclaturas e concetualizações. Desde a *“mania sem delírio”* de Pinel que remonta ao século XIX até ao Transtorno de Personalidade Antissocial do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais, várias são as conceções do que nos propusemos tratar como psicopatia. Pese embora os influentes e distintos contributos da *Escola de Psiquiatria Francesa* na concetualização desta perturbação, foi a *Escola Alemã de Psiquiatria* que introduziu o termo “psicopatia”. No entanto, é através da concetualização de Cleckley (1988) que se baseia o conceito atual de psicopatia. Desde o charme, a manipulação, o falso encantamento, a exploração das relações interpessoais, a ausência de sentimentos, a ausência de remorsos, uma vida afetiva pobre, a tendência para não aprender com as experiências, são condições características do indivíduo psicopata apontadas pela literatura.

Estabelecer as suas origens é um desígnio dos que dedicam a sua vida a estudá-la. São múltiplas as causas que a literatura aponta para a existência da psicopatia no ser humano. Os fatores genéticos são apontados como semente da psicopatia, tese que assenta no facto de que, qualquer indivíduo que padeça de determinadas características genéticas, é, indubitavelmente, psicopata; em que *“O fator genético explica a maior parte da variação da personalidade psicopática”* (Larsson et al., 2006). Já a psicobiologia - ciência que se dedica ao estudo da base biológica do comportamento humano – tem como ponto de partida as manifestações clínicas nucleares da psicopatia, nomeadamente a capacidade empática, o egocentrismo, a impulsividade e a pobreza afetiva (Barbosa & Iria, 2008). Ainda no que respeita à origem da psicopatia, destacaram-se as hipóteses neurobiológicas, ajuizadas no facto de os psicopatas apresentarem certas anomalias ou deficiências cerebrais que motivam a sua característica conduta antissocial, subdividindo-se em quatro modelos. Desde o modelo da *Pobreza Afetiva* (que relaciona a psicopatia com as mudanças a nível dos afetos do indivíduo, nomeadamente com défices na ativação das respostas a estímulos emocionais, como o embotamento afetivo); o modelo do Défice na Modulação de Respostas (que assenta na ideia de que a impulsividade é a

manifestação clínica característica da psicopatia); o modelo da teoria do marcador-somático (baseado num mecanismo automatizado que sustenta as nossas decisões a partir de experiências emocionais anteriores); e, o modelo da Lateralização Hemisférica Anómala (em que se considera que o cérebro humano se encontra dividido em dois hemisférios: o hemisfério direito e o hemisfério esquerdo, considerando-se de relevante importância cujo funcionamento em consonância é essencial, pelo que este funcionamento é débil no caso dos psicopatas. No que concerne às causas da psicopatia, a literatura científica aponta ainda os fatores psicossociais, ambientais e familiares enquanto predisponentes da perturbação aos indivíduos, através da sua socialização. Dentro desta temática foi ainda referida a temática dos fatores de risco associados à psicopatia, destacando-se os psicossociais, neurobiológicos e os genéticos/hereditários como condições que propiciam o indivíduo à psicopatia.

Sendo a psicopatia um transtorno da personalidade, considerações etiológicas à parte, é assente na literatura científica, que a mesma é um fator desencadeador do comportamento manipulativo, violento e/ou criminoso (Hare, 1999; Babiak & Hare, 2006; Clarke, 2011). Assim, o estudo da psicopatia tem vindo a configurar-se de relevante importância devido não só, à discórdia na literatura relativa à sua génese, mas também ao que ela acarreta na sociedade através dos atos hediondos provocados por indivíduos psicopatas. O seu interesse não se limita apenas ao patamar académico e científico, mas também a nível da população em geral originando, cada vez mais, a realização de filmes e séries que retratam os psicopatas, tanto na sua vertente criminosa como bem-sucedida na sociedade. É certo que a presença de determinadas características, como o embotamento afetivo ou a manipulação fazem destes indivíduos, seres exímios no que toca à perseguição e realização dos seus objetivos, não impondo limites nem existindo medo. No entanto, apesar de as características dos psicopatas serem, na sua maioria, de aceitação universal e se assinalarem por terem comportamentos homogêneos nas relações pessoais, no comportamento criminal poderão assumir-se heterogêneos no que respeita à utilização da violência. Neste sentido, a literatura distingue os psicopatas bem-sucedidos dos psicopatas criminosos. Os psicopatas integrados, são indivíduos que assumem altos cargos a nível laboral, mas que, no entanto, utilizam a sua capacidade tácita e manipulativa para ascender na carreira, assumindo, muitas das vezes, comportamentos antissociais, nomeadamente de índole fraudulenta (Babiak & Hare, 2006; Hall & Benning, 2006; Romero, 2010; Reinhardt, 2012), mas que não tendem a utilizar a violência física para verem os seus objetivos realizados, pautando-se pela utilização da violência de índole psicológica ou ausência da mesma. São evidentes a

gravidade e complexidade das consequências que o psicopata pode gerar, desde grandes prejuízos para as empresas ou adoecimento de seus funcionários – no caso dos psicopatas integrados –, ou mazelas físicas e psicológicas muito profundas que poderão levar à morte – no caso dos psicopatas criminosos. As vítimas do psicopata bem-sucedido relatam medo de que ninguém acredite nelas, o que é exatamente o que o psicopata precisa para continuar agindo: que uma vítima não saiba que a outra existe, permanecendo numa zona de conforto, sem que ninguém saiba das suas ações pois além do medo de não ser acreditada, a vítima tem medo do psicopata – afinal elas nunca sabem o que podem esperar dele (Revista ISTOÉ, 2012 *cit* por Reinhardt, 2012; Clarke, 2011). No que se refere à prevalência desta tipologia de psicopata, é quatro vezes mais comum encontrar psicopatas em ambientes corporativos do que na população em geral (Babiak & Hare, 2006). Já os psicopatas criminosos, consideremos estes como os indivíduos que cometem crimes tipificados pela lei penal (excetuando crimes de índole fraudulenta presente nos psicopatas bem-sucedidos) distinguem-se dos demais pela sua violência física e instrumental. Estes sujeitos caracterizam-se pela premeditação dos seus crimes hediondos e a sangue frio, que resultam da sua intensa impulsividade, desapego emocional e desrespeito pelos outros; utilizando a manipulação psicológica e física das suas vítimas e que por norma, utilizam mais violência do que a que se consideraria “suficiente” para cometer determinado crime, descortinando os seus mais obscuros desejos e perversões. Neste sentido, poder-se-á considerar que a psicopatia enquanto fator que predispõe o indivíduo à criminalidade, assume-se infalivelmente importante. Considerando os estudos realizados até então, desde os psicopatas integrados/bem-sucedidos/corporativos aos psicopatas criminosos, a presença de psicopatas não-criminosos reflete-se aos indivíduos que estão bem inseridos na sociedade e que assumem cargos cuja ocupação se baseia em atos impulsivos ou que requerem frieza tática. No entanto, a presença de estudos acerca destes indivíduos é débil, na medida em que encontrar indivíduos que nunca tenham tido ligações com a justiça se torna mais difícil, carecendo a literatura de estudos na população em geral (Filho *et al.*, 2012). Estes indivíduos não-criminosos podem integrar-se nos psicopatas integrados/bem-sucedidos/corporativos, quando estes não chegam a delinquir e cuja atuação tenha no seu limite máximo a exploração das relações interpessoais e a manipulação; pois ultrapassados estes limites, nomeadamente ao comportamento fraudulento, estes já não se poderão considerar não-criminosos. Já os bem-sucedidos se pautarão pela inserção na sociedade, que não sucumbem aos meandros da criminalidade violenta. Quanto à nomenclatura bem-sucedidos, pode-se ainda considerar a sua limitação, na medida em que estes indivíduos serão bem-sucedidos a nível laboral, mas não a nível pessoal e/ou

das relações interpessoais. No entanto, a questão espontaneamente surge: Quem é, em todo o seu absoluto, bem-sucedido?

Numa perspetiva lógica e legal da psicopatia e considerando Hare (1999) - “Psicopatas têm plena consciência de que seus atos não são corretos”, “Apenas não dão muita importância para isso.”, seria inevitável concluir este trabalho sem antes discutir a questão anteriormente referida da (in)imputabilidade. Assumindo as citações de Hare (1999), considera-se inevitável acreditar que, no que respeita ao tratamento do psicopata perante as instâncias criminais, o indivíduo psicopata não se poderá considerar, somente pela sua psicopatia, inimputável. No ano de 2004, no Brasil - país que vivência a questão da criminalidade em grande dimensão e proporcionalidade - a psiquiatra forense Hilda Morana tentou convencer os deputados a criar prisões especiais para psicopatas, levando a ideia a tornar-se um projeto de lei, mas que não foi aprovado. A psiquiatra considerou o facto de que os países que aplicam o diagnóstico da psicopatia têm a reincidência dos criminosos diminuída em dois terços, já que mantêm mais psicopatas longe das ruas. A falta de mecanismos para evitar a entrada dos psicopatas nas polícias ou para poder auxiliar um professor a reconhecer os traços psicopáticos nos jovens, são, definitivamente, lacunas nos sistemas mundiais. Mesmo dentro da psiquiatria, a presença de uma pesquisa mais pobre neste âmbito do que noutros assuntos da saúde mental, poderá resultar no facto de os psicopatas não se reconhecerem como tal e do difícil ou impossível tratamento e integração destes indivíduos ao longo das suas vidas. Não raras as vezes, na tentativa de tratar estes indivíduos através da intervenção psicológica, estes tendem a “piorar” e a melhorar as suas táticas, adquirindo os vocábulos dos especialistas munindo-se de escusas para justificar o seu comportamento. Considerando a aplicação da lei a esta questão, a psicopatia afigura-se um dos problemas mais importantes do sistema judicial, que utiliza como ferramenta a psicologia forense auxiliando no esclarecimento e discussão do comportamento dos psicopatas, que se afigura, ainda, numa incógnita. Neste sentido, será necessária uma maior abertura do sistema judicial aos meandros da psicologia e da psiquiatria, numa atuação multidisciplinar neste âmbito, nunca carecendo os processos judiciais que assim o exigirem, de uma avaliação psicológica minuciosa e objetiva, nem da respetiva importância que a mesma avaliação pretende e que deve ser considerada pelo legislador, na aplicação da lei.

Por vezes, a resposta a algumas perguntas levanta outras. Porque é que os psicopatas não respondem a determinados estímulos como os mais comuns dos mortais? Será essa diferença resultado de uma desconexão cerebral ou resultado da sua pobreza afetiva? A psicopatia será sempre associada ao comportamento antissocial ou criminoso? Será

possível o tratamento definitivo destes indivíduos? Acreditando na futura resposta a estas questões e que o surgimento de novas contendas a este respeito levará o tema da psicopatia e da sua relação do comportamento criminoso a outro nível, a mesma levará a exaustivas investigações que certamente continuarão por longos anos. Neste sentido, crê-se nas melhorias a nível investigativo e de metodologia, levando-nos a mover em direção a uma mais profunda e extensiva compreensão da psicopatia e da sua relação com o comportamento criminoso, sempre com uma esperança e expectativa numa intervenção eficaz nestes indivíduos e quiçá no seu tão almejado tratamento.

“Lembre-se: todos podem ser enganados por ele e o único culpado desta situação é o próprio psicopata, um ser vazio e insensível e com uma capacidade de manipulação incrível. É extremamente exaustivo lidar com ele e difícil agir, mas certamente a sua vida poderia ser muito melhor sem ele” (Stout, 2010)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdalla-filho, E., Morana, H. & Stone, M. (2006). Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. *Revista Brasileira Psiquiatria*, 28 (supl. II), 74-79.
- Almeida, C. (Ed.), (2009). *Código Penal*. 4ª ed. Coimbra: Almedina.
- Almeida, P., Vieira, J. & Marques-Teixeira, J. (2010). Para Além do Medo: A Psicopatia como Desordem do Processamento Atencional. 89-100.
- Amaro, H. (2010). Psicopatia: Revisões e Novas Direções. *Interações*, 18, 35-42.
- Anderson, S., Bechara, A., Damasio, H., Tranel, D. & Damasio, A. (1999). Impairment of social and moral behavior related to early damage in human prefrontal cortex. *Nat Neurosci*, 1032–1037.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (2006). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR)*. 4ªed. Lisboa: Climepsi. 701-706.
- Babiak, P. & Hare, R. (2006). *SNAKES IN SUITS – When Psychopaths go to work*. Harper Collins e-books.
- Barbosa, F. & Iria, C. (2008). *Psicopatas Criminosos e Não Criminosos – Uma Abordagem Neuropsicológica*. Porto: Livpsic/Legis Editora.
- Blair, R.(2003). “Neurobiological basis of psychopathy”. *The British Journal of Psychiatry*. 182: 5-7.
- Blair, J., Mitchell, D. & Blair, K. (2005). *The psychopath : emotion and the brain*. UK: Blackwell Publishing.
- Cantero, F. (1993). ?Quién es el psicópata? In V. Garrido Genovés (Org.), *Psicópata: Perfil psicológico y reeducación del delincuente más peligroso* (pp. 16-46) Valência: Tirant lo Blanch.
- Carolo, R. (2005). Psiquiatria e psicologia forense: suas implicações na lei. Instituto Nacional de Medicina Legal, disponível em www.psicologia.com.pt
- CLARKE, J. (2011). *Trabalhando com Monstros: como identificar psicopatas no seu trabalho e como se proteger deles*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional.
- Cleckley, H. (1941). *The mask of sanity*. 1ª ed. St. Louis, MO: Mosby.

Cleckley, H. (1988). *The mask of sanity*. 5ª ed. St. Louis, MO: Mosby.

Cooke, J. & Michie, C. (2001). Refining the construct of psychopathy: Towards a hierarchical model. *Psychological Assessment*, 171–188.

Cooke, D. J., Michie, C., Hart, S. D., & Clark, D. A (2004). Reconstructing psychopathy: clarifying the significance of antisocial and socially deviant behavior in the diagnosis of psychopathic personality disorder. *Journal of Personality Disorders*, 18, 337-357.

Cooke, D. (2011). *Psychopathy: Capturing an Elusive Construct*. Glasgow: BCTP.

Cooke, D., Hart, S., Logan, C., Michie, C. (2012). Explicating the Construct of Psychopathy: Development and Validation of a Conceptual Model, the Comprehensive Assessment of Psychopathic Personality (CAPP). *International Journal of Forensic Mental Health*, 242–252.

Coid, J., Yang, M., Ullrich, S., Roberts, A., Moran, P., Bebbington, P., Brugha, T., Jenkins, R., Farrell, M., Lewis, G., Singleton, N., & Hare, R. (2009). Psychopathy among prisoners in England and Wales. *International Journal of Law and Psychiatry*, 32, 134-141.

Damásio, R., (2005). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. 24ªed. Lisboa: Publicações Europa-América.

Dias, J. & Andrade, M. (1997). *Criminologia – O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora. 63-90, 169-174.

Filho, N., Teixeira, M. & Dias, A., (2012). Psicopatia: uma perspectiva dimensional e não-criminosa do construto. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 317-327.

Filho, D., Enokibara, M., Szczerbacki, N. & Natrielli, D., (2012). Fatores de risco envolvidos no desenvolvimento da psicopatia: uma atualização. *Revista Diagnóstico & Tratamento*, 17, 9-13.

Gao, Y. & Raine, P. (2010). Successful and Unsuccessful Psychopaths: A Neurobiological Model. 194-210, disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20422645>.

Gonçalves, R. (1999). Personalidade: O lado anti-social. *Psychologica*, 22, 83-101.

Gonçalves, R. & Vieira, S. (2004). A avaliação do risco de violência sexual. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 65-80.

Gonçalves, R. & Vieira, S. (2005). *Agresores Sexuales y Peligrosidade: La Contribución de la Psicopatía*. 167-176.

Gonçalves, R., (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, 4 (XXV), 571-583.

Gonçalves, R. & Soeiro, C. (2010), O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 1, 227-240.

Hall, J. & Benning, S. (2006). The “successful” psychopath: Adaptive and subclinical manifestations of psychopathy in the general population. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy*. New York: Guilford Press. 459-475.

Haapasalo, J. (1994). Types of offense among the Cleckley psychopaths. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 38(1), 59-67.

Hare, R., McPherson, L., & Forth, A.. (1988). Male Psychopaths and their criminal careers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 710-714.

Hare, R., (1991). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised*. Toronto: Multi-Health Syst.

Hare, R., (1999), Psychopathy as a risk factor for violence. *Psychiatric Quarterly*, 70(3) , 181-197

Hare, R., (2003). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised*. 2ªed. Toronto: Multi-Health Syst.

Hare, R. & Neumann, C. (2007). Psychopathy as a Clinical and Empirical Construct. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4: 4.1–4.30.

Hare, R. & Neumann, C. (2009). Psychopathy: Assessment and Forensic Implications. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 54(12), 791-802.

Harris, G., Rice, M. & Cormier, C. (1991). Psychopathy and violent recidivism. *Law and Human Behavior*, 15, 625-637.

Henriques, R., (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, 12 (2), 285-302.

Kiehl, K., Smith, A., Hare, R., Mendrek, A., Forster, B., Brink, J. & Liddle, P. (2001). Limbic Abnormalities in Affective Processing by Criminal Psychopaths as Revealed by Functional Magnetic Resonance Imaging. *Society of Biological Psychiatry*, 677-684.

LaPierre, D., Braun, C., & Hodgins, S. (1995). Ventral Frontal deficits in psychopathy: Neuropsychological test findings. *Neuropsychologia*, 33: 139-151.

Lykken, D. (1995). *The antisocial personalities*. Mahwah: Erlbaum.

Langstrom, N. & Grann, M., (2002). Psychopathy and violent recidivism among young criminal offenders. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 86-92.

Marques-Teixeira, J., (2004), Crime e Genética. *International Journal of Psychiatry in Clinical Practice*, 1, 131-132.

Marques-Teixeira, J. (2006), Inimputabilidade e Imputabilidade Diminuída - Considerações sobre a aplicabilidade destas noções em Psiquiatria Forense (I). *Saúde Mental*, 8 (4).

Marques-Teixeira, J. (2006), Inimputabilidade e Imputabilidade Diminuída - Considerações sobre a aplicabilidade destas noções em Psiquiatria Forense (II). *Saúde Mental*, 8 (5).

Matos, F., (2007). *Lateralização Cerebral*. Disponível em <http://frankherles.wordpress.com/2007/11/05/lateralizacao-cerebral/> em 19/08/2014.

Matos, M., Machado, C. & Gonçalves, R. (Coord.).(2011). *Manual de Psicologia Forense: Contextos, Práticas e Desafios*. Braga: Psiquilíbrios.

Mouilso, E. & Calhoun, K. (2012). Narcissism, psychopathy and Five-Factor Model in sexual assault perpetration. *Personality and Mental Health*, 6, 228–241.

Neumann, C., Vitacco, M., Hare, R. & Wupperman, P. (2005). Reconstructing the “Reconstruction” of Psychopathy: a comment on Cooke, Michie, Hart and Clark. *Journal of Personality Disorders*, 624–640.

Neves, S. (2009). *Amor, poder e violência na intimidade: os caminhos entrecruzados do pessoal e do político*. Coimbra : Quarteto.

Patrick, C., Fowles, D. & Krueger, R. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*. 21: 913–938.

- Rebocho, F., (2007). Psicopatia e Risco de Recidiva em Violadores Portugueses. *Psiquiatria Psicologia & Justiça*, 1, 83-100.
- Reinhardt, V. (2012). *Psicopatas Corporativos - Devastando Vidas e Empresas*. São Paulo, Brasil.
- Romero, J. (2010). *Psicópatas Integrados – Perfil psicológico y personalidad*. Madrid: EOS Editorial, 23-65.
- Romero, J. (2011). *Psicopatía, trastorno mental y crimen violento – Aspectos Clínico-Forenses, Médico-Legales y Criminológicos*. Madrid: EOS Editorial, 121-166.
- Sampieri, R., Collado, C. & Lucio, P., (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3ªed. McGraw Hill Editora.
- Santos, C., (2013). A psicopatia e seus reflexos na legislação penal: imputabilidade versus semi-imputabilidade. *Âmbito Jurídico*, 117.
- Serin, R. & Amos, N. (1995). The role of psychopathy in the assessment of dangerousness. *International Journal of Law and Psychiatry*, 18, 231-238.
- Smith, S., Watts, A. & Lilienfeld, S. (2014). On the trail of the elusive successful psychopath. *The British Psychological Society*, 27 (7), 506-511.
- Spain, S., Harms, P. & Lebreton, J., (2013). The dark side of personality at work. *Journal of Organizational Behavior*, disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/job.1894/abstract>.
- Stevens, G., Deuling, J. & Armenakis, A., (2011). Successful Psychopaths: Are they Unethical Decision-Makers and Why?. *Journal of Business Ethics*.
- Stout, M. (2010). *Meu vizinho é um psicopata*. Rio de Janeiro: Editora Sextante.
- Viding, E., Blair, R. & Plomin, R., (2005). Evidence for substantial generic risk for psychopathy in 7-year-olds. *J. Child Psychol. Psychiatry*, 46, 592–97.
- Wallace, F.; Vitale, E.; Newman, J. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, Volume 13, N. 1, 1999, pp. 55-70(16). Springer Publishing Company
- Williamson, S., Hare, R. & Wong, S., (1987). Violence: Criminal psychopaths and their victims. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 19, 454-462.